



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

FELLIPE EDUARDO ROSENDO DOS SANTOS ALVES FERREIRA

**TRÊS ANOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM BIBLIOTECA ESCOLAR  
DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: uma análise por meio do Portal Oasisbr**

Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Brasília, DF

2023

FELLIPE EDUARDO ROSENDO DOS SANTOS ALVES FERREIRA

TRÊS ANOS DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM BIBLIOTECA ESCOLAR DURANTE  
A PANDEMIA DE COVID-19: uma análise por meio do Portal Oasisbr

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Biblioteconomia, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília - UnB, como requisito à obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Brasília, DF

2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF383t Ferreira, Fellipe Eduardo Rosendo dos Santos Alves  
Três anos de produção científica em biblioteca escolar durante a pandemia de Covid-19: uma análise por meio do Portal Oasisbr / Fellipe Eduardo Rosendo dos Santos Alves Ferreira; orientador Renato Tarciso Barbosa de Sousa. -- Brasília, 2023.  
75 p.

Monografia (Graduação - Biblioteconomia) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Biblioteca escolar. 2. Produção científica. 3. Pandemia. 4. Oasisbr. I. Sousa, Renato Tarciso Barbosa de, orient. II. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Título:** Três anos de produção científica em biblioteca escolar durante a pandemia de Covid-19: uma análise por meio do Portal Oasisbr

**Autor(a):** Fellipe Eduardo Rosendo dos Santos Alves Ferreira

Monografia apresentada em **19 de Dezembro de 2023** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador(a) (FCI/UnB): Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Membro Interno (FCI/UnB): Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Membro Externo (IBICT): Ma. Érika Cruz da Silva Tinôco



Documento assinado eletronicamente por **Érika Cruz da Silva Tinôco, Usuário Externo**, em 26/12/2023, às 13:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia do Vale Caribe, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 26/12/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 26/12/2023, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **10737852** e o código CRC **73425840**.

Dedico este trabalho à minha falecida avó Eracy (em memória), a pessoa que mais me inspirou nessa vida.

As bibliotecas escolares deixam de ser estudadas no Brasil porque não existem e por não existirem, cai sobre elas o silêncio (Fonseca, 1983, p. 53).

## RESUMO

A produção científica em um determinado assunto busca entender e apontar soluções para aquele tema pesquisado, de modo majoritário, por intermédio da tecnologia, dando o ingresso aos conteúdos informacionais que estejam em meio eletrônico, e garantindo não apenas a sua usabilidade, como também a perenidade, integridade, e acessibilidade aos conteúdos digitais. O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo levantar a produção científica em um intervalo três anos em que estivemos sob a influência restritiva na pandemia de COVID-19, utilizando o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) como fonte principal. A metodologia consistiu na análise, por meio da exploração da base de dados e dos indicadores estatísticos, as descrições sobre o perfil do pesquisador - sua formação e qualificação -, os documentos por regiões e países produtores, as instituições com mais documentos, os documentos por acesso, os documentos por tipo, os documentos por ano de publicação e, por fim, os documentos por área do conhecimento do CNPq. Sendo assim, para análise do trabalho, utilizou-se uma metodologia quantitativo-descritiva, no que diz respeito às fontes coletadas, com base em dados disponibilizados pelo próprio Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr) e, a partir do *desk research*, feito um estudo referente ao período entre 2020 a 2023. Os resultados mostram que existe uma predominância na formação dos pesquisadores na área da ciência da formação, com doutorado e o mestrado sendo as qualificações mais comuns entre os resultados, o Brasil o país mais recorrente e as regiões nordeste e sul como mais numerosas quando falamos em produção científica em biblioteca escolar durante pandemia. Quanto às características documentais, os resultados apontaram para a Universidade Federal do Amazonas como a instituição que mais contribuiu no assunto, com os artigos de periódicos sendo a massa documental que mais prevaleceu na pesquisa, estando todos os documentos em acesso aberto para o público, além disso, a área do conhecimento humano predominante é a das ciências sociais aplicadas, com 2021 e 2022 correspondendo como os períodos de maiores taxas de ocorrências de publicações no portal.

**Palavras-chave:** Biblioteca escolar. Produção científica. Pandemia. Oasisbr.

## ABSTRACT

Scientific production on the given subject aims to understand and point out solutions to that researched subject, mostly, through technology, providing access to informational content in electronic media, and granting not only its usability but also its perpetuity, integrity and accessibility to digital content. This course conclusion work aims to survey scientific production during three years in which we were under restrictive measures, due to the COVID-19 pandemic, using the Brazilian Publications and Scientific Data in Open Access (Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto – Oasisbr) as a main source. The methodology consisted in an analysis, through the exploration the database and statistical indicators, the descriptions of the researcher's profile – his graduation and qualifications – the documents by region and producing countries, the institutions with the most documents, the documents by access, by type, by publishing year e, finally, by CNPq knowledge area. Therefore, for the work analysis, a quantitative-descriptive methodology was used, with regard to the sources collected, based on data made available by Oasisbr Portal itself, and based on a desk research, a study was carried out referring to the period between 2020 to 2023. The results show there is a predominance in the professional graduation of researchers in the information science area, with doctorates and master's degrees being the most common qualifications among the results, Brazil being the most recurrent country and northeast and south regions as most numerous when we talk about scientific production in school library through the pandemic. Regarding documentary characteristics, the results pointed to the Federal University of Amazonas as the institution that contributed most to the subject, with journal articles being the document mass that most prevailed in the research, with all documents being open access to the public, furthermore, the predominant area of human knowledge is applied social science, with 2021 and 2022 corresponding as the period with the highest rates of publications on the portal.

**Keywords:** School library. Scientific production. Pandemic. Oasisbr.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formação profissional do pesquisador	54
Figura 2 - Grau de qualificação do pesquisador	55
Figura 3 - Lista de pesquisadores, seus trabalhos e as respectivas palavras-chaves	55
Figura 4 - Regiões da produção científica	59
Figura5 - Países de origem	60
Figura6 - Instituições com mais documentos	61
Figura7 - Documentos por tipo de acesso	62
Figura8 - Documentos por área do conhecimento do CNPq	63
Figura9 - Documentos por tipo de material	64
Figura10 - Documentos por ano de publicação	65

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil	20
Quadro 2 - Estado de miséria da biblioteca escolar	31
Quadro 3 - Os novos paradigmas em torno da biblioteca escolar	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de bibliotecas escolares no Brasil (1969)

35

## LISTA DE SIGLAS

ABEBD – Escolas de Biblioteconomia e Documentação  
APB – Associação Paulista de Bibliotecários  
ASLIB – Association of Special Libraries and Information Bureau  
BE – Biblioteca Escolar  
BN – Biblioteca Nacional  
CNB – Cadastro Nacional de Bibliotecas  
CDU – Classificação Decimal Universal  
CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia  
CFE – Conselho Federal de Educação  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa  
CPCE – Centro de Produção Cultural e Educativa  
CRA – Centro de Recursos de Aprendizagem  
DF – Distrito Federal  
EAD – Ensino à distância  
ENEBCI - Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação  
ESPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional  
EUA – Estados Unidos  
FEBAB – Federação de Associações de Bibliotecários  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FID – Federação Internacional de Documentação  
FS – Faculdade de Ciências da Saúde  
GEBE – Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar  
IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IF – Instituto de Física  
IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions  
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
INL – Instituto Nacional do Livro  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MINC – Ministério da Cultura  
MS – Ministério da Saúde  
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde  
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde  
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais  
PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola  
PNI – Programa Nacional de Imunizações  
RBEs – Rede de Bibliotecas Escolares  
RSI – Regulamento Sanitário Internacional  
SAEB – Sistema Nacional da Educação Básica  
UnB – Universidade de Brasília  
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

# SUMÁRIO

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 PROBLEMA

### 1.2 JUSTIFICATIVA

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

#### 1.3.2 Objetivo específico

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Bibliotecas no Brasil: a importância do passado para o entendimento do presente

### 2.2 O início do ensino bibliotecário

### 2.3 A realidade da biblioteca escolar no Brasil

### 2.4 Intencionalidade política e social em biblioteca escolar

### 2.5 Práticas em biblioteca escolar e o efeito da COVID-19

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Visão ampla do portal sobre o perfil do pesquisador

### 4.2 Indicadores gerais sobre as características documentais

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

## REFERÊNCIAS

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso procurou mapear a produção científica em biblioteca escolar durante os três anos em que estivemos sob a influência restritiva na pandemia de COVID-19, dando enfoque especial aos dados de pesquisa em acesso aberto, por meio do Portal Oasisbr, um sistema agregador de produção de conteúdo, e, que reúne informações fornecidas por bibliotecas digitais de teses e dissertações, revistas científicas, repositórios digitais de publicações científicas e/ou dados de pesquisa etc.

Tais iniciativas favorecem o intercâmbio de conhecimento, propagando a produção científica de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, que, por sua vez, buscaram e ainda buscam reduzir o impacto da pandemia no curto e médio prazo. Como sabemos, a pesquisa, o debate e a produção de informações confiáveis somente é possível através de uma ampla política que favoreça a comunicação entre as diferentes figuras multidisciplinares numa determinada área do conhecimento, para isso, os portais agregadores têm como objetivo principal coletar e tornar acessível o maior número de conteúdos científicos criados pelos pesquisadores, estimulando a busca por informações de relevância.

Passando do meio científico e indo para o ambiente escolar, outros atores entram em cena, atuando para levar o conhecimento a um público certo. Nesse sentido, professores e bibliotecários buscam assiduamente que o usuário usufrua ao máximo das vantagens trazidas pela escola, assegurando que eles tenham uma boa qualidade no ensino, e, para que isso ocorra, será preciso uma harmonia nessa relação entre professor e bibliotecário.

A pandemia de COVID-19 provocou e ainda provoca diversas dificuldades à população, precisando ser pensadas medidas que visem minimizar os seus efeitos e reaproximar os alunos do cotidiano escolar, os trabalhadores da atividade laboral, além dos demais elos rotineiros que antecederam à pandemia. Conforme citam Estabel, Moro e Soares (2021, p. 79), "a ausência da liberdade, o imprevisível, o medo, a impossibilidade de interagir com o outro presencialmente, a ausência do toque e o luto causam angústia, sofrimento e provocam ansiedade, depressão."

Nas palavras de Silva (1995, p. 28), "o nível de aproximação entre o aluno e a Biblioteca Escolar (BE) depende, em grande medida, do espaço que ela ocupa no

fazer didático do docente". Sem o professor, inevitavelmente não despertaria no aluno esse interesse por frequentar a biblioteca escolar, o que faz com que o educador seja imprescindível. Inexistindo o auxílio e a vontade do professor, os alunos teriam uma formação carente para o uso, pesquisa, debate e produção de informações. Sendo assim, a biblioteca escolar precisa cumprir sua função social de desenvolver crianças integradas à sociedade globalizada e de constante produção de conhecimento.

Mas como tirar proveito das vantagens presentes na biblioteca escolar, sendo que ainda estamos vivenciando os reflexos da maior crise sanitária já instaurada em nosso país, o que impede não apenas o funcionamento normal dessa ferramenta educacional, mas também dificulta a troca constante de ideias entre os atores desse processo?

Nos mais de três anos de pandemia no Brasil, a contar do primeiro semestre de 2020, a prática escolar enfrentou certos problemas relacionados à dificuldade de manter a agenda de rotinas culturais e educacionais que, por acontecimentos relacionados a fatores externos, precisou adaptar-se com o intuito de cumprir à real razão de sua existência: possibilitar o acesso à informação de qualidade aos seus alunos para cumprir a agenda de ensino no “novo normal”.

Como sabemos, em 30 de janeiro de 2020, a *Organização Mundial da Saúde* (OMS) ligou o sinal de alerta e classificou o surto do novo coronavírus como uma *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional* (ESPII)<sup>1</sup>, o mais alto nível de alerta da Organização, de acordo com os protocolos vigentes. Tal mecanismo previa um maior aprimoramento na coordenação, cooperação e solidariedade global para cessar a propagação da COVID-19, ou seja, desde o início da pandemia do novo coronavírus, que recebeu o nome de SARS-CoV-2 (doença responsável pela contaminação do COVID-19), tanto a OMS, quanto a *Organização Pan-Americana da Saúde* (OPAS) vem trabalhando em estudos para entender como o coronavírus age no nosso organismo e as melhores formas de evitar o contágio de suas múltiplas variantes (Paho, 2021).

É a sexta vez na história que uma *Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional* é declarada. As outras foram:

---

<sup>1</sup> A ESPII é considerada, nos termos do *Regulamento Sanitário Internacional* (RSI), “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”.



- 25 de abril de 2009: pandemia de H1N1;
- 5 de maio de 2014: disseminação internacional de poliovírus;
- 8 de agosto de 2014: surto de Ebola na África Ocidental;
- 1 de fevereiro de 2016: vírus zika e aumento de casos de microcefalia e outras malformações congênitas; e
- 18 de maio de 2018: surto de ebola na República Democrática do Congo.

Entretanto, nem mesmo os alertas dos órgãos de saúde foram capazes de evitar o alarmante número de quase 700 mil mortes no Brasil. Em um país que teve uma das maiores médias diárias de novos casos no mundo (enquanto no seu auge de contágio), marca essa que foi atingida 1 ano e 7 meses depois da primeira morte em território nacional. Ainda que tenhamos avançado com a taxa de vacinação, é previsto novas ondas de contágio da doença, visto que em outros países como Estados Unidos, Israel, França e Inglaterra esse fenômeno tem se repetido com certa frequência, de acordo com entrevista<sup>2</sup> dada pelo professor do *Instituto de Física (IF)*, da *Universidade de Brasília (UnB)*, Tarcísio Marciano da Rocha Filho, cedida à UnBTV<sup>3</sup>.

Na mesma entrevista dada à UnBTV, o coordenador da Sala de Situação da *Faculdade de Ciências da Saúde (FS)*, o professor Jonas Brant cita que o vírus constantemente encontra uma maneira de manter a sua propagação. Contudo, através de muitas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no Brasil e no mundo acerca da vacinação, nós temos maiores condições de responder a uma possível mudança desse vírus. Assim sendo, por meio dessa fala notamos mais uma vez a razão de incentivarmos sistemas agregadores de dados capazes de dar visibilidade à produção científica de pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras. Somente por meio delas teremos condições necessárias de darmos respostas claras e práticas sobre a pandemia de COVID-19.

Uma das saídas no momento passa por uma campanha vacinal em larga escala. Até a presente data, o país possui um número de 50,52% de brasileiros vacinados com a dose de reforço, como é detalhado no mapa da vacinação contra a COVID-19 no Brasil, publicado constantemente no portal da Globo<sup>4</sup>. Segundo

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h7O10S82dAM>

<sup>3</sup> Canal de TV da Universidade de Brasília, que está ligado ao *Centro de Produção Cultural e Educativa (CPCE)*, criada em 1986 com o objetivo de promover a educação e a cultura através de multimeios.

<sup>4</sup> Levantamento feito pelo consórcio de veículos de Imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de saúde. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>.

estudos realizados pelo Instituto Butantan<sup>5</sup>, o controle da epidemia será possível através de uma cobertura vacinal de aproximadamente 75% da população, o que traria uma diminuição substancial nos números de internações nos leitos de hospitais e, conseqüentemente, os óbitos por COVID-19.

Contudo, mesmo seguindo à risca as recomendações de distanciamento, as bibliotecas escolares precisaram se reinventar e aperfeiçoar os seus canais de comunicação em suporte eletrônico (Blanco, 2020). Para Blanco (2020), uma reaproximação com os usuários é mais que necessário, nesse sentido, horizontes precisam ser explorados para servir aos seus usuários e muitas foram as alternativas em meio remoto que fizeram parte do dia a dia desses profissionais da informação, professores, assistentes educacionais, diretores e alunos.

O objetivo do presente trabalho é versar a respeito da produção científica no que se refere a biblioteca escolar, de forma que, em um primeiro momento, seja apresentado toda a bagagem histórica e política que o tema carrega, perpassando pela importância do bibliotecário escolar como ente mediador no ensino-aprendizagem e apresentando, por influência desse profissional, soluções de produtos e serviços que surgiram durante a pandemia. Em um segundo momento, explorou-se as iniciativas de promoção do tema em cenário nacional e internacional, expondo os indicadores da produção científica num decurso de tempo entre 2020 a 2023, por meio do Portal Oasisbr.

Dito isso, para chegar ao propósito apresentado, este trabalho de conclusão de curso (TCC) está estruturado da seguinte forma: introdução, problema e justificativa, objetivos, referencial teórico, análise dos dados e conclusão.

## 1.1 PROBLEMA

Qual a dimensão da produção científica relacionada à biblioteca escolar nos três anos em que estivemos sob a influência da pandemia de COVID-19?

---

<sup>5</sup> O Instituto Butantan é o principal produtor de imunobiológicos do Brasil, responsável por grande porcentagem da produção de soros hiperimunes e grande volume da produção nacional de antígenos vacinais, que compõem as vacinas utilizadas no *Programa Nacional de Imunizações (PNI)* do *Ministério da Saúde (MS)*. As atividades de desenvolvimento tecnológico na produção de insumos para a saúde estão associadas, basicamente, à produção de vacinas, soros e biofármacos para uso humano.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O objeto biblioteca escolar na pandemia e o seu impacto na produção científica é real e indiscutível, porém, pouco se fala sobre os indicadores estatísticos que estão sendo gerados. Se existe uma preocupação latente nos efeitos a médio e longo prazo quanto aos danos no processo de ensino-aprendizagem que a pandemia poderá gerar nessa geração de jovens, é preciso compreender, que também temos o fato de ser necessário haver debates nas universidades públicas e em outros espaços de troca de conhecimento sobre a contribuição que as produções científicas em biblioteca escolar podem trazer para a elaboração de estratégias de combate ao avanço do coronavírus e as suas variantes, o monitoramento dos estudos científicos nesse sentido e a avaliação dos seus resultados. Entretanto, pode-se dizer que existe uma certa letargia aparente, onde essa constitui-se numa questão histórica. Em suma, esse fator empobrece as políticas que tratam do tema “biblioteca escolar”, bem como de todos os seus elementos, relações e especificidades na sociedade e em meio acadêmico, deixando um hiato na produção de materiais sobre o assunto de modo a atender às necessidades informacionais de interessados na área, atuando como um coadjuvante no acesso à informação, sem alcançar o protagonismo de favorecer, por meio da interação entre os sujeitos, a apropriação da informação. Neste mesmo sentido Fonseca (1983 apud Corrêa *et al*, 2002, p. 110) comenta que “as bibliotecas escolares deixam de ser estudadas no Brasil porque não existem e por não existirem, cai sobre elas o silêncio”.

Por conta dessa baixa produtividade de materiais que tratem das bibliotecas escolares em tempos de pandemia, é mais que necessário entender a fundo as questões que envolvem a problemática da pandemia, como as instituições que estão contribuindo para com o assunto, o tipo de acesso desses documentos, a sua natureza, as áreas do conhecimento que nos proporcionam um maior entendimento desse fenômeno etc. Essas indagações já fazem parte do complexo quebra-cabeça que precisamos lidar no dia a dia (D’amico, 2020).

Apresentado o contexto inicial, torna-se vital e urgente a procura pelo entendimento do objeto de estudo e como ele pode ajudar futuramente os pesquisadores, bibliotecários e demais membros da comunidade científica no planejamento de estratégias resolutivas para complexidade que envolve a biblioteca escolar, principalmente quando estamos falando de um estado de calamidade

pública, decorrente da pandemia de COVID-19, ou seja, é preciso criar sólidas bases estruturais para a divulgação de dados gerais para projeções, prognósticos e estimativas da prática científica no setor da biblioteca escolar a fim de compreender as perspectivas e tendências futuras.

### 1.3 OBJETIVOS

Para responder a tal questão de pesquisa, foram elencados como objetivos:

#### 1.3.1 Objetivo geral

- Mapear a produção científica em biblioteca escolar durante os três anos em que estivemos sob a influência restritiva da pandemia de COVID-19.

#### 1.3.2 Objetivo específico

- Levantar o perfil da atividade científica no Portal Oasisbr;
- Obter critérios que possam revelar a característica da produção científica veiculada, quantificando os níveis de produtividade;
- Estabelecer a hierarquização dos dados, de modo a dar maior visibilidade às informações.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O presente tópico trata do referencial teórico sobre o ponto de vista historicista das bibliotecas no Brasil, o bibliotecário como ente mediador da leitura e pesquisa, as atividades em biblioteca escolar, bem como, a interrupção de suas operações por efeito da COVID-19. Esse tópico evidencia alguns pontos relevantes nas áreas estudadas recorrendo, para tanto, ao levantamento de livros, artigos de periódicos e anais científicos. Para esse trabalho, foi levado em consideração a relação entre a pandemia e as bibliotecas escolares que, fatalmente, tiveram que se readaptar nesse período. Portanto, os temas abordados servem de base para, mais adiante, serem expostos a produção científica em biblioteca escolar compiladas no período pandêmico, expondo os dados estatísticos do estudo.

### **2.1 Bibliotecas no Brasil: a importância do passado para o entendimento do presente**

Por volta do século XVI, as primeiras bibliotecas concebidas em território brasileiro estavam sob guarda das ordens religiosas, sobretudo com as ordens Jesuítas. Posteriormente fora enviada a Biblioteca Real da Ajuda, a partir de 1808 e, junto dela, veio também a família real, a maior parte da nobreza, seus tesouros e todo o aparato para funcionamento do Estado (Oliveira; Araújo, 2005).

A Biblioteca Real da corte portuguesa, com a chegada da independência do Brasil, ficou subordinada a uma repartição pública e passou a chamar-se, definitivamente, Biblioteca Nacional. Com o avanço e a promoção do ensino, a criação de agências de fomento e, em especial, das universidades e institutos federais, o número de bibliotecas aumentou significativamente no país, embora ainda não em número adequado para suprir as necessidades de uma população em franco crescimento (Oliveira; Araújo, 2005).

A trajetória historicista das bibliotecas e da Biblioteconomia no Brasil pode ser vista de diferentes ângulos, contextos e autores. Certo mesmo é que todos esses instrumentos buscam compreender o que é biblioteca e Biblioteconomia e qual o papel do profissional bibliotecário na sociedade.

Ao tratar desses marcos históricos, Caberlon (1995 *apud* Castro, 2000, p. 25) aborda esse assunto sob a perspectiva de dois vieses, a primeira sendo a da profissão bibliotecária e a segunda do ensino bibliotecário. Esse raciocínio pode ser visto no quadro 1:

*Quadro 1 - Marcos históricos da Biblioteconomia no Brasil*

<b>PROFISSÃO BIBLIOTECÁRIA</b>		<b>ENSINO BIBLIOTECÁRIO</b>	
1550	Introdução das bibliotecas no Brasil através dos colégios jesuítas	1911	Criação do primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional (BN)
1810	Criação da Biblioteca Nacional (RJ)	1915	Início das atividades do curso na BN
1900/ 1930	Período de concentração das bibliotecas brasileiras no Distrito Federal e nos Estados: RJ, SP, MG, BA, PE	1929	Criação do curso de Instituto Mackenzie, segundo padrões americanos, em São Paulo
1938	Criação da primeira associação profissional, a <i>Associação Paulista de Bibliotecários (APB)</i>	1930/ 1950	Período de expansão do ensino bibliotecário, no bojo do processo expansionista do ensino de nível superior
1948	Filiação da APB à <i>Federação Internacional de Documentação (FID)</i> e à <i>Association of Special Libraries and Information Bureau (ASLIB)</i>	1962	Aprovação do primeiro currículo mínimo de graduação em Biblioteconomia, pelo Decreto 550/62 do <i>Conselho Federal de Educação (CFE)</i> , sob o eixo de métodos, técnicas e processos de organização documental
1958	Definição da Biblioteconomia como profissão liberal de nível superior (Portaria nº 162/58)	1967	Criação das <i>Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)</i>
1961	Criação da <i>Federação de Associações de Bibliotecários (FEBAB)</i>	1968	Reforma universitária brasileira
1962	Promulgação da Lei 4084/62, que dispõe sobre a profissão regulando seu exercício; institui o <i>Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)</i>	1970	Criação da pós-graduação em Biblioteconomia
1965	Regulamentação da Lei 4084/62	1982	Aprovação do segundo currículo

	pelo Decreto nº 56.725/65, ratificando a Biblioteconomia como profissão liberal, de técnica de nível superior		mínimo de graduação em Biblioteconomia, conforme Resolução 08/82 do CFE (em vigor)
1986	Aprovação do Código de Ética, conforme Resolução 327/86, do CFB (em vigor)	1986	Realização do 1º <i>Encontro Nacional do Ensino em Biblioteconomia</i> (I ENEBCI)
		1989	Realização do II ENEBCI
		1992	Realização do III ENEBCI

Fonte: Adaptado de Caberlon (1995, p. 23 *apud* Castro, 2000, p. 25).

Para muitos autores, a história da biblioteca escolar inicia-se desde a criação da Companhia de Jesus por Inácio Loyola no século XVI e que recebeu a aprovação do então Papa Paulo III. Essa instituição tinha “a missão de catequizar e evangelizar pessoas, pregando o nome de Jesus”, como citam Shigunov Neto e Maciel (2008, p. 176 *apud* Pajeú; Almeida, 2020, p. 4).

Conforme relata Válio (1990, Pajeú; Almeida, 2020), outro objetivo bem claro no projeto educacional jesuítico era o de educar a parcela mais rica da população, no caso, os 80% dos europeus que vieram colonizar o Brasil e que eram considerados analfabetos, ou seja, a missão dos jesuítas era mais do que um plano catequista para os índios, era um plano radical de transformação social, como também uma mudança nos costumes e na cultura em geral.

Em seu livro “Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial”, Rubens Borba de Moraes, diz ser preciso descortinar o panorama da biblioteca escolar no Brasil e, que, para isso, seria necessária uma ampla reflexão historicista (2006). A sua história tem raízes nos colégios religiosos, sobretudo nos jesuítas que aqui vieram, para a província da Bahia, por volta de 1549, liderados por Manuel da Nóbrega, sendo que o maior objetivo era o de catequizar os índios e educar os colonos (Moraes, 2006).

Sobre as primeiras bibliotecas escolares em território nacional, Silva (2011, p. 491) cita:

Destarte, as bibliotecas escolares foram construídas a partir dos colégios jesuítas que foram se instalando inicialmente na Bahia e logo depois em outras capitanias. Porém, os colégios jesuítas não foram os únicos a desenvolver atividades com a biblioteca escolar no

Brasil. No século XVII, outras ordens religiosas começam a chegar por aqui e introduzir seus colégios, assim como estruturar suas bibliotecas escolares com vistas a promover acervo adequado para seus usuários.

De acordo com Carvalho Silva (2010, p. 26-27):

Pode ser destacada, além dos jesuítas, as ordens dos franciscanos, beneditinos e carmelitas, que chegaram já em meados do século XVII (ou mesmo que tenham seus registros atestados a partir desse século). A prova de que outras ordens forneceram suas contribuições está nos seus métodos de estudos. Os franciscanos, por exemplo, agregaram métodos de valores experimentais das ciências, valorizando os estudos de ideais franceses, representados, sobretudo, pela ideia da ilustração, enquanto os métodos jesuíticos eram essencialmente escolásticos.

Confirma-se, pela historicidade, que as bibliotecas das instituições religiosas tinham métodos e propostas próprias para atuar, seguindo, de modo majoritário, dois pontos de vista: teológico e científico. É preciso considerar que a inclusão dessas bibliotecas escolares, portanto, atenta-se para estratégias em diferentes áreas, e por diferentes capitanias espalhadas pelo Brasil (Silva, 2011).

A força dos colégios religiosos na construção das bibliotecas escolares deu-se, expressivamente, até o final do século XVIII, quando começou sua decadência, efetivada em meados do século XIX (Silva, 2011, p. 492).

Quanto a esse declínio, a circular do governo imperial datada de 19 de maio de 1835 e emitida pelo Marquês de Pombal, proibiu de vez o noviciado. Essa medida viria a ser um marco, visto que foi tratada como uma sentença de morte para essas bibliotecas de ordens religiosas (Silva, 2011). Entretanto, como levanta Moraes (2006), algumas ordens religiosas levariam mais tempo do que outras para desaparecerem.

Sobre essa medida em especial, Silva (2011, p. 493) cita que:

[...] a circular introduzida por Pombal se justifica pela ascensão do ideal iluminista, a partir da França, que se contrapunha a ideologia da igreja católica. O conflito entre o iluminismo e a igreja católica teve



destacada ênfase durante o século XVIII e meados do século XIX, o que levou a decadência de diversos conventos no Brasil.

Seguindo essa questão:

Vale ressaltar que a decadência dos conventos em decorrência da censura introduzida por Pombal, fez com que grande parte do acervo das bibliotecas fosse abandonado e, por conseguinte, perdido por causa da umidade e dos insetos. Esses aspectos foram mais intensos nas bibliotecas de conventos localizados em cidades tropicais, devido ao clima quente e úmido, principalmente do Norte e Nordeste brasileiros. Outro fator preponderante para a essa destruição foi a falta de pessoal para cuidar do acervo. (Carvalho Silva, 2010, p. 30).

Segundo Pajeú e Almeida (2020), a fase pombalina no país durou até 1808 e, com ela, decreta-se o fim das bibliotecas daquela época, sendo dois os principais causadores desse trágico fim: a falta de recursos para sua manutenção e a falta de acervos e profissionais que administrasse esse vasto material. O fim desse ciclo, entretanto, permite o surgimento de novos modelos escolares ao longo do tempo.

Como evidenciado, o início da vida da biblioteca e da Biblioteconomia no Brasil deve-se à vinda da Biblioteca Real da Ajuda, criada por D. João I e que chegou em terras nacionais depois de uma conturbada viagem nos porões de navios. Essa fuga se deu por conta da invasão das tropas francesas de Junot, onde, sentindo-se ameaçada:

[...] refugiou-se na colônia mais próspera, trazendo nos porões dos navios os instrumentais necessários ao seu bem-estar social, cultural e artístico, dentre eles "... a numerosa e rica livraria pacientemente amontoada pelo douto abbade de Santo Adrião de Sevér, Diogo Barbosa Machado, que generosamente a offertara a D. José I" (Biblioteca Nacional, 1897, p. 221 *apud* de Castro, 2000, p. 44).

Corroborando com a descrição dos fatos, a historicista Lilia Moritz Schwarcz (2008) em seu livro *A longa viagem da biblioteca dos reis*, traz o fato dos livros representarem um símbolo de poder e de prestígio para a monarquia à época. Sobre o deslocamento da família real, a autora cita que D. João I, além de toda máquina de

governança, não esqueceu dos seus livros - que vieram em três viagens sucessivas -, Schwarcz lembra ainda da importância de iniciar um novo período do reinado com uma Biblioteca grandiosa e de lustro importante.

Assim chegaram ao Brasil, por força das pressões políticas, as primeiras obras, origem da Real Biblioteca, também denominada de Biblioteca do Rio de Janeiro, da Corte (Castro, 2000, p. 44). Ramiz Galvão (1889, p. 159), ao descrever a coleção bibliográfica trazida por D. João VI em 1808 e por Luis Marrocos em 1811, sendo esta a segunda leva de livros e peças para a real Biblioteca, afirma que:

Não se sabe, o que mais se deva admirar, se a excellencia das edições raras, se a belleza dos exemplares preferidos pelo douto collecionador, se emfim a boa ordem e perfeição das colleções facticiais, prodígio de perserverança e de cuidado. Estão nelles reunidas quasi todas as províncias do saber humano, representado pelas suas obras mais dignas de nota e estima (Galvão, 1889, p. 159 *apud* de Castro, 2000, p. 44).

Em *História da biblioteconomia brasileira: perspectivas históricas*, César Augusto Castro (2000) cita que a biblioteca ficou aberta a estudiosos e pesquisadores logo após a sua instalação nas salas do andar superior da Ordem Superior Terceira do Carmo, como também nas "catacumbas"<sup>6</sup>, contudo, era preciso a aprovação real. Em 1814, esta exigência foi completamente abolida, o que fez com que a biblioteca ficasse acessível a todos que assim necessitassem utilizar de suas ricas coleções. O autor lembra que, assim como as bibliotecas coloniais, a guarda desses materiais ainda era de responsabilidade dos religiosos, tais como: Frei Gregório José Viegas, Pe. Joaquim Damaso, Frei Antônio de Arróbidia, Pe. Felisberto Pereira Delgado e Cônego Francisco Vieira Goulart.

---

<sup>6</sup> Decreto de 29 de outubro. Manuscripto authenticico.— Havendo ordenado, por Decreto de 27 de Junho do presente anno, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado a minha Real Capella, se collocassem a minha Real bliothecha e gabinete dos instrumentos de phisica e mathematica, vindos ultimamente de Lisboa: e constando-me pelas ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessaria, nem offerece os commodos indispensáveis em hum estabelecimento desta natureza, e que no logar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer huma mais própria e decente accommodação para a dita livraria, hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e accommode a minha Real Bibliotheca e instrumentos de phisica e mathematica, fazendo-se à custa da Real Fazenda toda despeza conducente ao arranjo e manutenção do referido estabelecimento. O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erário, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto somente, sem embargo de quaesquer leis, regimentos ou disposições em contrario.—Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1810.— Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor" (Biblioteca Nacional, 1897, p. 223)

Uma das figuras mais proeminentes no campo da biblioteconomia foi o Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva. A gestão de Manuel Cícero não foi apenas longa, mas também uma das mais ricas e que abarcaram diversos campos da Biblioteca (Carvalho, 1994). Dentre esses, destacam-se a construção do atual prédio da Biblioteca Nacional (BN), ele também gerenciou sua transferência e supervisionou todo o seu redesenho. Manuel Cícero melhorou consideravelmente o desempenho dos mecanismos de Serviço de Intercâmbio Bibliográfico com a celebração de convênio com os Correios, o que resultou em avanços na Lei de Depósito Legal. Outras melhorias trazidas por ele foram a introdução da máquina de escrever na Biblioteca; aprovação do ex-libris e do emblema da casa; inauguração dos painéis e estátuas da sala principal de leitura e da sala da Presidência; aprovação do novo Regulamento da Biblioteca; criação de um Conselho Consultivo, que discutia diversas questões administrativas da casa; instalação de uma oficina de encadernação e de uma tipografia; introdução na biblioteca da *Classificação Decimal Universal* (CDU); inauguração do Curso de Biblioteconomia, dentro da própria Biblioteca Nacional; dentre diversos serviços além desses (Carvalho, 1994).

## 2.2 O início do ensino bibliotecário

Muitas vezes a história das bibliotecas e do ensino bibliotecário se confundem. Aqui será adotado o período da criação do primeiro curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional (BN), em 1911, por Manuel Cícero Peregrino. Acerca da criação desse curso:

[...] foi o primeiro da América Latina e o terceiro no mundo. Seguiu o modelo da École de Chartres, (França), que era o que havia de melhor, então. Tinha as seguintes matérias básicas: Bibliografia (que abrangia História do Livro, Administração de Bibliotecas e Catalogação); Paleografia e Diplomática; Iconografia e Numismática. O ensino era teórico e prático. A parte prática era feita na própria Biblioteca, utilizando os seus serviços, considerados padrões (Carvalho, 1994, p. 85-86).

Dito que a concepção dos aspectos pedagógicos desse novo campo do saber estava ligada à Biblioteca Nacional (ensino com conceitos humanistas), é importante

salientar que em São Paulo, ela estava ligada, em um primeiro momento, à biblioteca escolar George Alexandre, do Mackenzie (ensino com conceitos pragmáticos), segundo explica Castro (2000). Castro (2000) cita que essa mudança de paradigmas não aconteceu da noite para o dia, nem mesmo foi um processo fácil, haja vista que os bibliotecários mais conservadores não viam essa passagem com bons olhos, muitos diziam que o atendimento a leitura era função inerente às escolas, enquanto a biblioteca estaria encarregada da preservação e guarda dos livros.

Assim, os primórdios da Biblioteconomia no Brasil se deram em momentos e locais específicos. Tais eventos pretendiam ir ao encontro das necessidades que surgiram no seio destas instituições que, naquela ocasião, se davam pela inquietação decorrente da gestão, administração e também da formação de mão de obra para os diferentes tipos de bibliotecas (Castro, 2000).

Castro (2000) continua dizendo sobre esse novo ensino no Mackenzie, criado em 1870, pelo americano George Whitehill<sup>7</sup>, ele cita que seus métodos técnicos, vindos dessa moderna pedagogia do norte, era centrada, sobretudo, em raízes de pragmatismo na sua organização e no seu ensino biblioteconômico, o que fora considerada “ideias revolucionárias”, quando comparada com os demais colégios tradicionais.

Após a reforma da Biblioteca Nacional em 1931, o curso que ali era oferecido não mais era destinado a suprir as necessidades do local, passando a oferecer uma base aos formandos para a atuação em diferentes tipos de bibliotecas brasileiras. Nesse caminho, Montello (1967, p. 1 *apud* Castro, 2000, p. 81) salienta que:

Houve uma fase em que o bibliotecário era o grande humanista que se assenhorava de técnicas biblioteconômicas e atuava em bibliotecas. O bibliotecário foi considerado como um profissional de que se exigia a vocação e a aptidão correspondente com o preparo adequado [...]. A transformação do curso da Biblioteca Nacional em 1944, substituindo a ênfase da preparação humanística pela ênfase

---

<sup>7</sup> Esse interesse americano teve como principal objetivo, a diminuição cambial visando um maior comércio de livros entre as Américas do Norte, Sul e Central; o desenvolvimento de bibliotecas nas regiões latinas, estimulando o gosto pela leitura; a promoção de trabalhos bibliográficos interamericanos. Todo esse incentivo era visto, em essência, nos grandes aportes financeiros que eram feitos por parte dos Estados Unidos (EUA), tal como, nas conferências promovidas por instituições norte americanas e que foram realizadas no Brasil, Cuba, Chile, Argentina, dentre outros países da América - como cita César Augusto Castro em seu livro (Castro, 2000).

da preparação de ordem técnica reflete a nova tomada de posição dos bibliotecários brasileiros.

Sobre o crescimento do campo de ensino biblioteconômico, muito se deve a um fator crucial: a criação do *Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação*(IBBD)<sup>8</sup> o atual *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT). Seus atos e seus feitos na incorporação dos princípios da documentação nos meios científicos em muito contribuíram na expansão da área no Brasil, principalmente na formação profissional, que exigiu bibliotecários cada vez mais dinâmicos e participativos.

Lydia Sambaquy, que foi a fundadora e presidente do *Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação* (IBBD), cita em seu trabalho intitulado *A Profissão do Bibliotecário* sobre a falta de reconhecimento e valorização da carreira e explica o paralelo entre as oportunidades nos diferentes tipos de bibliotecas (Sambaquy, 1956). A autora continua dizendo que as oportunidades de trabalho que surgiam eram, em sua grande maioria, vindas da pesquisa em detrimento de outras bibliotecas, como a pública ou a escolar, que não possuíam os mesmos reconhecimentos de status, salário, condições de trabalho e no uso das tecnologias científicas, o que acentua como a evolução das bibliotecas e da biblioteconomia fora irregular no Brasil.

Atesta-se que muita coisa mudou desde o ensino pelos jesuítas, na província da Bahia, até os dias de hoje. Se antes a catequização de índios e colonos era a maior prioridade, hoje a biblioteca tende a ter um papel social de destaque e também a ser uma fundamental ferramenta pedagógica nos estabelecimentos de ensino, mas desde que ela esteja inserida no projeto político-pedagógico, caso que foge da realidade da biblioteca de diversas escolas em território nacional, sobretudo as públicas.

---

<sup>8</sup> Sua origem remonta ao início da década de 50, quando a Unesco sugeriu à *Fundação Getúlio Vargas* (FGV), que promovesse a criação, no Brasil, de um centro nacional de bibliografia. A ação da Unesco, à época, foi decisiva para o surgimento de instituições do gênero em diferentes países. A escolha inicial da FGV deveu-se ao fato de aquela instituição estar realizando importantes atividades na área de bibliografia e documentação. Por essa época, estava sendo criado, também, o *Conselho Nacional de Pesquisas* (CNPq), que tinha, entre suas atribuições, "manter relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica". Por meio de proposta conjunta CNPq/FGV, foi criado, em 27 de fevereiro de 1954, pelo Decreto do presidente da República nº 35.124, o *Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação* (IBBD), que passou a integrar a estrutura organizacional do CNPq. Disponível em: <<https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/sobre-o-ibict-1/historico>>. Acesso em: 16 jul. 2022

### 2.3 A realidade da biblioteca escolar no Brasil

Sobre a biblioteca em que este trabalho de conclusão de curso propõe-se a ilustrar, no artigo segundo da Lei 12.244/10 (Brasil, 2010), é apresentado o conceito de biblioteca escolar, ou seja: “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinado a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”. Contudo, Paiva e Duarte (2016) citam que a biblioteca escolar tem sido debatida de diversas formas e olhares diferentes nas publicações nacionais - tanto em trabalhos acadêmicos quanto manuais práticos - definindo sua função de forma mais ampla ou restrita, dependendo do caso. Sobre essa questão, Paiva e Duarte (2016) trazem alguns exemplos que ilustram tal matéria:

Fonseca (2002, p. 53) define biblioteca escolar apenas como a que oferece "infraestrutura bibliográfica e audiovisual do ensino fundamental e médio", tendo por objetivo específico "fornecer livros e material didático tanto a estudantes como a professores". Essa visão restrita da biblioteca também é repetida na própria lei das bibliotecas escolares que restringe a biblioteca escolar à "coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura" (Brasil, 2010). No manual *A biblioteca na escola*, publicado pelo governo federal e enviado às escolas para o apoio ao desenvolvimento de atividades de leitura, a biblioteca escolar é apresentada como um espaço desejável que, contudo, pode ser substituído, com adaptações e soluções criativas (Pereira, 2006). Campello *et al.* (2012) destacam a função educativa da biblioteca escolar, seja na formação do leitor, seja na formação do aluno com competência informacional, capaz de localizar, selecionar e interpretar informações em diversos suportes. Renata Souza, em 2009, organiza um livro em que a função de mediação da leitura literária é considerada prioridade na biblioteca escolar (Souza, 2009). Em um livro-manual de 2011, a biblioteca escolar é apresentada no contexto da legislação educacional brasileira, a partir de duas premissas: a obrigação do Estado em oferecer educação a todos os brasileiros e a

integração da biblioteca escolar ao processo de ensino-aprendizagem (Corte; Bandeira, 2011) (Paiva; Duarte, 2016, p. 98).

É de bom tom reforçar que o costume da leitura desde a infância traz diversos benefícios para a vida da criança, ela atua no desenvolvimento não apenas da escrita, como também da fala, assim como é demonstrado nos relatos apresentados na pesquisa encomendada para o PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola). Tanto para estudantes quanto para professores e diretores ouvidos na pesquisa, a leitura está relacionada à escrita e à fala e que: “ler é fundamental. Só escreve bem quem lê muito. Ainda sobre a pesquisa, embora a maioria dos estudantes afirma ter aprendido a ler e a escrever no entorno familiar, considera que essas habilidades são adquiridas na escola:

[...] uma pessoa que sabe ler e escrever é aquela pessoa que frequenta a escola, que tem sabedoria, sabe fazer as coisas certamente. Aprendendo a ler e escrever as pessoas terão um futuro melhor, mais digno (PNBE, 2008, p. 84).

Um dos pontos que chamam a atenção nas bibliotecas escolares é justamente essa falta da inter-relação entre biblioteca e escola, desarticulada no trabalho entre a equipe gestora da escola, que, na grande maioria, não inclui a biblioteca no ambiente escolar, excluindo-a do Projeto Político Pedagógico da gestão democrática e participativa.

Sobre o Projeto Político Pedagógico, Dezidério *et al* (2014, p. 66) citam que ele é o documento institucional construído coletivamente pela comunidade escolar que:

[...] contempla os objetivos a alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar, bem como os meios para concretizá-los. Constitui-se num instrumento institucional de organização/gestão de médio e longo prazo, devendo incluir, por conseguinte, a biblioteca e sistematizar seus fins, objetivos, e estratégias para seu funcionamento e integração com demais setores da instituição escolar.

A gestão escolar se constitui em uma dimensão e um aspecto de atuação dos seus agentes (diretores, supervisores, coordenadores, professores, pais, alunos, comunidade, etc.) que objetiva promover a organização, a estrutura, o planejamento, a mobilização e a

articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o crescimento e avanço das questões socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino.

O fato é que a biblioteca escolar, em particular as públicas - mas não excluindo na sua totalidade as particulares -, estão inseridas numa ambiência com falta de planejamento e organização. A problemática atinge todos os campos existentes: profissionais sem capacitação apropriada; salário aquém da altura dessa função; falta de inter-relação entre a equipe multidisciplinar; acervo que, muitas vezes, não compreende as necessidades dos alunos, dentre outros.

De fato, quando existem na escola espaços denominados bibliotecas, estes não passam, na maioria dos casos, de verdadeiros depósitos de livros ou, o que é pior, de objetos de natureza variada, que não estão sendo empregados no momento, seja por estarem danificados, seja por terem perdido sua utilidade (Silva, 2003, p. 15).

Dezidério *et al* (2014) salientam que essa situação adversa impossibilita que as bibliotecas escolares cumpram sua função de locais de construção do conhecimento com suporte especializado ao processo de aprendizagem. E a falta desses espaços nas instituições de ensino impactam negativamente não apenas no desempenho escolar dos estudantes, mas também no seu futuro, deixando de adquirir a competência informacional tão necessária na sociedade atual.

Como se não bastassem a falta de políticas públicas de valorização das bibliotecas escolares, as precariedades estruturais ou acervo que não compreende as necessidades da comunidade escolar, temos ainda outro fator presente na maioria dessas bibliotecas brasileiras, onde muitas delas atuam sem a presença de profissional habilitado para a função, ocupando-se desse cargo profissionais de diversas áreas desconexas, principalmente da educação, incluindo professores, diretores e funcionários de outros setores dentro da escola, muitos deles remanejados ou readaptados, o que reprime o uso da biblioteca escolar desde cedo por parte dos estudantes, e quando isso ocorre, muitas das vezes converte-se numa atividade negativa, desprazerosa e que, no espaço onde deveria vivenciar aprendizagem, transfigura-se em lugar de castigo e punição, opinião essa que é levantada por Corrêa *et al* (2002).



Bari, Bispo e Santos (2019, p. 63) dizem que:

[...]a ausência de profissionais qualificados, acervos de qualidade, mobiliário e equipamentos adequados (dentre os quais incluímos as conexões com o universo intangível da *Internet*), equipe especialmente dedicada, prejudicam o desenvolvimento de atividades leitoras. O suporte à pesquisa escolar, o fomento à leitura de lazer e as importantes atividades de ação cultural ficam fragilizadas.

Sobre as vivências dentro da biblioteca escolar, Targino (*apud* Silva, 1995, p. 47), ressalta o quanto “é importante que este contato seja marcado positivamente, pois as representações que as pessoas têm da biblioteca estão, em geral, impregnadas pelas suas experiências enquanto usuários”.

Entretanto, a descrença no sistema educacional e nas bibliotecas do nosso país está novamente explícito no discurso de Corrêa *et al* (2002, p. 110-111), onde as autoras dizem que “o descaso das autoridades para com estas é muito grande e a falta de um vínculo que estreite sua relação com a escola também é evidente”.

Sobre a problemática das bibliotecas escolares, Silva (1995) atribui ao péssimo sistema de ensino, em que essas bibliotecas carecem de políticas públicas a seu favor e, muitas dessas instituições, segundo o próprio autor, encontram-se em “estado de miséria”. Silva (1995) também confere essa culpa ao bibliotecário, que parece fechar os olhos frente às questões sociais, culturais e educacionais. Nesse mesmo entendimento, Corrêa *et al* (2002) analisam a postura do profissional bibliotecário como um dos motivos da letargia no espaço da biblioteca escolar onde, para elas, é fundamental a integração da figura do bibliotecário escolar nos diferentes programas culturais e educativos, nos processos de ensino-aprendizagem e no incentivo à leitura das crianças, ou seja, em todas as suas atividades exercidas em relação ao contexto pedagógico.

Silva (1995) classifica essa miséria em dois grupos, como é demonstrado no quadro 2:

*Quadro 2 - Estado de miséria da biblioteca escolar*

EXTRABIBLIOTECÁRIOS	INTRABIBLIOTECÁRIOS
---------------------	---------------------

---

<p>falta de tradição ou consciência do valor do profissional bibliotecário;</p>	<p>estrutura da biblioteca: local inadequado, mal iluminado, acervo pobre, desatualizado e mal organizado, regulamentos rígidos demais, entre outros;</p>
<p>política cultural que perpetua a dominação de uma pequena elite, através de uma educação deficiente;</p>	<p>postura profissional passiva, apático quanto aos usuários e alienado dos projetos da escola ou extremamente técnico, mais preocupado com aspectos de catalogação, classificação, etc., não alargando as possibilidades de atuação da biblioteca escolar.</p>
<p>carência de uma efetiva democratização de bens culturais, o que não privilegia o papel das bibliotecas no país;</p>	
<p>inabilidade para utilizar racionalmente os recursos informativos disponíveis nas bibliotecas;</p>	
<p>organização do trabalho na escola e a atuação dos professores às vezes inibidoras do uso das bibliotecas;</p>	
<p>ausência de base legal sobre biblioteca escolar no Brasil.</p>	

---

Fonte: Silva (1995, *apud* Corrêa *et al*, 2002, p. 109).

Castro (2000) defende um olhar mais atento por parte dos bibliotecários sobre os problemas atuais no contexto nacional, no entanto, sem suprimir a importância da literatura e experiências de fora acerca do analfabetismo, dos preconceitos sociais e raciais, das carências e deficiências nas escolas e bibliotecas, das diferenças culturais, econômicas e informacionais etc.

Apesar dos problemas, Silva (2011, p. 489) cita que “ela ainda tem sido um importante instrumento para a construção desse espaço, seja no contexto histórico, seja no educacional ou, ainda, no profissional”, o que tem gerado diversas discussões e produções sobre o assunto. Completando o seu raciocínio, Silva (2011) percebe a importância da biblioteca escolar como efetivo instrumento de ação e aplicação dos valores humanos na sociedade, mas que pouco tem sido contemplado na prática.

Sabidamente, a biblioteca escolar ganha uma nova configuração no final do século XIX e início do século XX. É na segunda metade do século XIX que a

biblioteca escolar começa a ganhar a forma que tem nos dias atuais, sobretudo nas escolas particulares com foco religioso no ensinamento católico e protestante. (Castro, 2000). Complementando essa ideia, Silva (2011) diz que as ligações com as doutrinas religiosas e a visão orientada à população de maior nível econômico, social e político nortearam o alicerce, sobre o qual a biblioteca escolar se desenvolveu desde o século XVI no Brasil.

Como consequência disso, aparece uma terceira situação que, segundo Silva (2011, p. 495):

[...] de certo modo, é uma tentativa de expandir a ideia de biblioteca escolar para outras escolas consideradas mais carentes, especialmente as de caráter público. No entanto, em termos factuais, nessa tentativa menospreza-se o potencial educativo e informacional da biblioteca escolar, predominando nela, ainda hoje, a composição de um espaço qualquer com livros de qualquer natureza, dentro da escola.

É pertinente considerar que a biblioteca escolar conquista, no século XX, um novo espaço, especialmente a partir de algumas reformas educacionais. A década de 1930 foi crucial para pensar e propor ações no âmbito da biblioteca escolar (Silva, 2011, p. 495). Como ressaltam os autores Eggert-Steindel e Fonseca (2010), referenciados por Silva (2011, p. 495), “No âmbito nacional as reformas do ensino pautadas na Escola Nova<sup>9</sup> realizadas por Fernando de Azevedo (1927-1930) e Anísio Teixeira (1931-1935), legitimaram a biblioteca escolar no sistema de ensino”.

Progredindo sua percepção do assunto:

[...] a biblioteca escolar, nas décadas de 30 e 40 do século XX está incluída nesse processo de reforma educacional, principalmente construindo uma valorização educativa e de estímulo ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como finalidade prioritária a intensificação do gosto pela leitura (Silva, 2011, p. 495-496).

Fernando Azevedo, quando tomou posse na direção geral da Instrução Pública do Distrito Federal prezou, num primeiro momento, pela gestão e organização das bibliotecas escolares sob sua responsabilidade, logo após tornou

---

<sup>9</sup> A Escola Nova foi movimento atuante entre o fim do século XIX e o começo XX que propunha a renovação do ensino e teve grande popularidade na Europa e Brasil.

obrigatória a existência de pelo menos duas bibliotecas em cada escola primária da capital: uma para docentes e outra para os discentes (Vidal, 2000 *apud* Pajeú; Almeida, 2020). Anísio Teixeira substituiu Fernando de Azevedo na direção e sua contribuição substancial no referido cargo levou à criação da Biblioteca Central de Educação (BCE) e da Biblioteca Infantil. Sobre a BCE, ela visava:

[...] coordenar e orientar a distribuição de livros para os estudantes e oferecer aos professores da rede pública melhores condições de aprimoramento profissional e cultural, além de funcionar como estimuladora das atividades das bibliotecas e cinematecas criadas nas unidades escolares (Castro, 2003, p. 67).

Entretanto, o Estado Novo traz consigo uma onda de censura para a educação, sobretudo, no ensino centrado na biblioteca. Esse declínio se explica nas medidas de cunho nacionalista e anticomunista impostas por Getúlio Vargas, na qual muito do que foi construído por Azevedo e Anísio acabou se perdendo, visto que Vargas acreditava que nas bibliotecas circulavam materiais subversivos e de ameaça à ordem pública e à moral cívica do país, como salienta Pajeú e Almeida (2020). Mesmo com o regresso nas políticas da biblioteca escolar no sistema de ensino, Getúlio Vargas ainda criou em seu mandato o *Instituto Nacional do Livro* (INL) pelo Decreto Lei nº 93 de 21/12/1937, porém, com a particularidade que a produção e disseminação de livros deveriam estar alinhados à sua ideologia política. Ele também criou o *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* (INEP) pela Lei nº. 378 de 13/01/1937 (Pajeú; Almeida, 2020).

Então, durante o período do Estado Novo, nasce um novo conceito para a biblioteca escolar, que se tornou um elemento ímpar para estimular a leitura e o processo de ensino-aprendizagem no sistema de ensino. Após essa época até a década de 1980, no entanto, viu-se pouca movimentação de políticas nacionais voltadas especificamente para a biblioteca escolar (Sala; Militão, 2017), estagnando esse ambiente e ajudando a construir a imagem de lugar de castigo, depósito de materiais diversos etc.

Entre 1964 e 1985 foi instaurada a ditadura no Brasil, sob o comando de sucessivos governos militares e suas forças autoritárias. Esse período foi apenas mais um dos causadores de minar os investimentos que outrora se via no Estado Novo. A ditadura ficou marcada pela violência com que os militares invadiram

ambientes de ensino e davam os mais variados fins aos seus acervos, não importando a tipologia da instituição, sujeitando o povo para “a acomodação e para alienação sócio informacional” (Castro, 2003, p. 69) algo que só tinha sido visto com as políticas opressivas da Era Vargas. César Augusto Castro (2003) ainda cita que da educação básica ao ensino superior, tudo que fosse pesquisável, lido, estudado ou compartilhado precisaria de minuciosa vistoria por parte dos militares, corrompendo de vez o pensamento crítico e o desenvolvimento científico. O número de bibliotecas escolares em território nacional na ditadura pode ser analisado na tabela 1:

*Tabela 1 - Número de bibliotecas escolares no Brasil (1969)*

<b>REGIÃO</b>	<b>TOTAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES</b>	<b>TOTAL DE BIBLIOTECAS ESCOLARES CADASTRADAS NO INL</b>
Região Norte	98	55
Região Nordeste	499	378
Região Sudeste	1811	1486
Região Sul	2859	2595
Região Centro-Oeste	140	81
<b>TOTAL</b>	<b>5407</b>	<b>4595</b>

Fonte: Araújo e Silva (2018, p. 22).

Ressalta-se que na metade do século XX o Estado de Santa Catarina teve papel importante na construção de uma política educativa que primou pelo desenvolvimento da biblioteca escolar no seu âmbito local, regional e nacional. A partir dessa proposta, atentou-se com mais robustez para a necessidade de uma abordagem social dentro das bibliotecas escolares, sendo que foi possível, a partir desse movimento, a formação de programas que criassem uma conexão mais eficiente entre as escolas e as comunidades onde elas estavam inseridas, podendo citar: a liga pró-língua; o clube agrícola escolar; o clube de leitura; o círculo de pais e professores, dentre outros. (Santa Catarina, 1946).

Silva (2011) expõe que para haver essa convergência da biblioteca escolar com os diferentes entes multidisciplinares dentro do ambiente educacional ou

mesmo com outros instrumentos escolares, bem como as demandas políticas para a sua perfeita implementação, pressupõe que ocorra a necessidade de se pensar o acervo e a participação da comunidade escolar. A respeito disso, Silva (2011, p. 497) salienta ser interessante observar que:

[...] nas décadas de 1940/50 ocorre o discurso da importância da composição do acervo e da participação direta dos usuários discentes e dos pais na construção da biblioteca escolar por meio de ações pedagógicas. No que se refere a composição do acervo, entende-se que a biblioteca escolar deve possuir materiais diversos de cunho bibliográfico ou não. Já no que tange a participação de alunos e pais acredita-se que são elementos chave para que a biblioteca escolar efetive suas produções de sentido.

Ainda a respeito do tema, Silva (2011, p. 497) continua:

Por isso, pode-se afirmar que a década de 1950, é o marco para instalação das bibliotecas escolares no Brasil, tendo Santa Catarina como referência para esse processo, uma vez que procurou instituir procedimentos legais e pedagógicos para consolidação das bibliotecas escolares.

As políticas públicas no sentido de melhoria da biblioteca escolar, embora caminhasse a passos lentos, estiveram presentes em algumas iniciativas no final do século XX e na primeira década do século XXI. Nesse sentido, temos em 1996, a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*<sup>10</sup> e, em 1997, os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*<sup>11</sup>, instrumentos garantidores do direito de usufruir dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania; o *Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)*<sup>12</sup>, uma importante ferramenta na promoção do acesso

<sup>10</sup> BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

<sup>11</sup> Os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)* são documentos norteadores das práticas dos professores e estão presentes nas escolas brasileiras. A elaboração desses parâmetros iniciou-se em 1995, pela secretaria da Educação do Ensino Fundamental e pelo Ministério da Educação e do Desporto (Pires, 2000).

<sup>12</sup> O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi instituído pela Portaria Ministerial n 584, de 28 de abril de 1997, é gerido pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB / MEC e executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, ambos subordinados ao Ministério da Educação – MEC. O PNBE busca atingir seus objetivos por meio da distribuição anual de acervos de livros de leitura e material de apoio ao professor. A partir de 2008, passou a atender todos os níveis de escolaridade sendo que em 2009 determinou a distribuição em anos e séries. Em anos pares, o programa atende às séries iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano), Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, nos anos

à cultura e o incentivo à leitura. No entanto, conforme alerta Garcez (2007), o PNBE está menos preocupado com o fator biblioteca e suas diversas possibilidades na formação ensino-pedagógica dos usuários desses espaços, limitando-se apenas na questão da distribuição dos materiais bibliográficos em si. Segundo o autor, os livros acabam em mal-uso devido a “falta de local apropriado (biblioteca), pela falta de tratamento adequado (carência do profissional bibliotecário) e pela falta de dinamização de leituras, reflexo da pouca parceria ou da pouca aproximação entre bibliotecários e professores” (Garcez, 2007, p. 28).

O próprio PNBE reconhece algumas falhas que vem ocorrendo ao longo desse tempo e que atrapalham o desempenho no programa:

Considerando os baixos resultados apresentados pelos alunos das escolas públicas do ensino fundamental em avaliações como o PISA e os dados críticos levantados pelo *Sistema Nacional da Educação Básica* (SAEB) sobre os indicadores de desempenho em leitura das crianças ao final dos primeiros e dos últimos anos do ensino fundamental, constata-se que a distribuição de acervos às escolas, alunos e professores pelo PNBE vem cumprindo de forma tímida sua função de promover a inserção dos alunos na cultura letrada. (Brasil, 2008, p. 5).

Em 2002, a Secretaria do Livro e Leitura do *Ministério da Cultura* (MINC) inaugurou o *Cadastro Nacional de Bibliotecas* (CNB), capaz de integrar os dados de quaisquer tipos de bibliotecas em território nacional (pública, escolar, universitária, especializada), assim sendo, a iniciativa visa principalmente:

[...]reunir e gerenciar o conhecimento sobre a realidade das bibliotecas brasileiras; cadastrar todas as categorias de bibliotecas; emitir certificado para as bibliotecas cadastradas; e criar catálogo virtual de bibliotecas brasileiras certificadas, com consulta *on-line* (Paiva, 2008, p. 87).

No que concerne a mudança de paradigma e a tentativa de universalizar o sistema de bibliotecas escolares no Brasil, Maria Antonieta Rodrigues Simão, Eroni Kern Schercher e Lara Conceição Bitencourt Neves (1993 *apud* Silva, 2011) citam

que entre o final do século XX e início do século seguinte, esse pensamento de universalização da biblioteca escolar passa a receber uma valorização quase que nula na esfera pública. Essa falta de incentivo é sentida principalmente pela equipe que está diretamente envolvida nas bibliotecas do governo. Um exemplo disso está na falta de planejamento do acervo, com livros, periódicos, jornais ilustrados e outras obras didáticas pensadas nos alunos; bibliotecas como depositário de livros e não como um ambiente de constante aprendizagem; biblioteca como lugar de castigo; profissionais pouco qualificados para o trabalho; falta de estímulo para aperfeiçoamento dos profissionais da área; professores em fim de carreira ou com comorbidades que são transferidos para esse ambiente; ou seja, problemas esses que já são rotina tanto em bibliotecas privadas, mas, principalmente nas bibliotecas da rede pública de educação.

Um importante passo para atingir uma universalização com qualidade e eficiência foi dado pela Lei 12.244/10, aprovada no dia 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. (Brasil, 2010). Essa lei simbolizou uma grande transformação no fazer biblioteconômico já que, a partir de sua vigência, as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país deverão contar com bibliotecas. Outra característica importante dessa lei é que os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário. A Lei 12.244/10 apresenta o seguinte conteúdo:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.



Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Brasil, 2010).

Segundo Pajeú e Almeida (2020), se olharmos para estudos como o do INEP<sup>13</sup>, que mostram que 55% das escolas brasileiras não possuem bibliotecas em suas dependências, tornam-se inalcançáveis as metas estabelecidas pela Lei 12.244/10, mas o simples fato de existir um dispositivo legal que assegure a existência e o bom funcionamento desses espaços já é motivo de alento nos setores biblioteconômicos e educacionais.

Como sabemos bem, o prazo final para universalização das bibliotecas escolares defendida na Lei 12.244/10 se esgotou e ainda vemos muita indiferença com esse espaço. Embora o CFB afirme que, neste momento, não temos falta de leis para as bibliotecas escolares e ao exercício do bibliotecário, mas temos falta de políticas públicas e o descumprimento e omissão à legislação em vigor. Mas é sempre bom lembrar que “de portas fechadas, a biblioteca priva o cidadão do direito ao conhecimento e à leitura”, emblema esse que o CFB carrega desde 2020 junto da campanha intitulada #SOMOSTODOSBIBLIOTECAESCOLAR com o intuito de expor as mazelas existentes, fomentar debates a respeito desses espaços e ainda trabalhar para fortalecer o pensamento e a ação que enalteça a importância das bibliotecas e bibliotecários.

## **2.4 Intencionalidade política e social em biblioteca escolar**

A igualdade no acesso e no incentivo ao uso da biblioteca escolar, de acordo com Fabiana Sala e Sílvio César Nunes Militão (2017), deve fazer parte das políticas

---

<sup>13</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS; HAJE, Lara. Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura. In: **Educação, cultura e esportes**. [S. l.], 6 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura>. Acesso em: 3 ago. 2022>.

públicas, configurada numa disposição do Estado de Direito que garanta à população em geral a uniformidade no cumprimento dos seus privilégios constitucionais. Para isso acontecer efetivamente, o acesso à informação precisa ser visto como bem social inegociável e que garantirá ao povo a faculdade de se firmar como cidadão.

Somente por meio de investimentos públicos direcionados às realidades regionais e locais de comunidades e suas especificidades e diversidades seria possível a criação e promoção de bibliotecas escolares e o perfeito uso da sua informação. No que tange à vontade pública sobre o dever de promover políticas efetivas voltadas à biblioteca escolar, Viana (2014, p. 79 *apud* Sala; Militão, 2017, p. 7) cita que:

Mais que discursos de intenções, é preciso que o poder público empreenda ações, entretanto, implantar bibliotecas escolares não é tarefa revestida de obviedade, pois para que sejam efetivamente relevantes à sociedade, urge sua ressignificação face ao quadro informacional contemporâneo.

Para se chegar na eficiência e qualidade desejadas, a biblioteca escolar deve atender a uma intencionalidade política e também social. A IFLA/UNESCO (1999) menciona no seu Manifesto da Biblioteca Escolar<sup>14</sup>, que a intencionalidade política e social está representada na disponibilização de serviços de aprendizagem e nos livros e recursos que permitam aos membros da comunidade escolar tornarem-se pensadores críticos e utilizadores efetivos da informação em diferentes suportes e meios de comunicação. Cumpre a biblioteca escolar exercer as funções de incentivar a leitura dos estudantes; aprimorar a produção e uso da informação em diversos suportes; organizar atividades que valorizem a consciência social e cultural em nível local, nacional e global; apoiar as atividades integradas ao currículo da escola.

Para a biblioteca alcançar suas metas e objetivos, primeiro é preciso a consecução de políticas e serviços; seleção e aquisição de recursos; provimento do

---

<sup>14</sup> Por intermédio de ministérios da educação e cultura, são conclamados os governantes de cada país para desenvolver estratégias, políticas e planos de implementação aos princípios deste Manifesto. Esses planos devem prever intensa divulgação do Manifesto, tanto em programas de formação básica como de educação contínua a bibliotecários e professores. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>

acesso físico e intelectual a fontes adequadas de informação; fornecimento de instalações voltadas à instrução; contratação de pessoal treinado.

No sentido de dar acesso à informação de relevância às comunidades, atuando de modo a cumprir os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (ODS), a IFLA promoveu o *International Advocacy Programme* (IAP)<sup>15</sup> contendo uma agenda de ações que visavam a participação do bibliotecário, num período de 15 anos. Segundo Bari, Bispo e Santos (2019, p. 60), o objetivo é “defender os direitos à informação e à leitura, para todas as pessoas do mundo, como direito essencial”. Com a participação de mais de 75 países que assinaram acordos com a IAP/IFLA para atingir nessas regiões a conscientização e a advocacia necessárias, as bibliotecas se tornam aliados indispensáveis na busca dos objetivos da Agenda 2030, dentre os quais está o Brasil - representado pela FEBAB<sup>16</sup>.

É destacado por Glória Durban Roca (2012 *apud* Bari; Bispo; Santos, 2019) que, com base nos objetivos da Agenda 2030, a prerrogativa no uso extensivo da biblioteca está fundada na prática da leitura nas escolas e no processo de competência informacional. O profissional da informação é a maior referência quando dizemos em disciplinas relevantes para os conteúdos curriculares de leitura, formação literária e, é claro, competência informacional. Além de todas essas questões, há outras tão pertinentes quanto como, por exemplo, o cuidado e apoio às desigualdades e equilíbrio social, a fim de proporcionar aos alunos acesso equitativo à informação para viabilizar a educação e cultura, que exige o desenvolvimento de uma estrutura que envolva professores, diretores, alunos e seus familiares.

A execução da Agenda 2030 é papel universal e leva em consideração as diferentes realidades, capacidades e graus de desenvolvimento e observa as políticas e prioridades nacionais para o alcance dos objetivos propostos, o principal deles a erradicação da pobreza em todas as suas formas e extensões (ONU, 2015).

As bibliotecas podem contribuir para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) por meio das seguintes ações:

- Promover a alfabetização universal, incluindo a alfabetização e as habilidades digitais, midiáticas e informacionais com o apoio de equipe especializada;

---

<sup>15</sup> Trazido como Programa Internacional de Advocacia (IAP).

<sup>16</sup> Agenda 2030. Disponível em: <<https://febab.org/2021/03/11/agenda-2030-bibliotecas/>>.

- Superar as dificuldades no acesso à informação e ajudar o governo, a sociedade civil e o setor privado a compreenderem melhor as necessidades locais em matéria de informação;

- Promover um serviço em rede contendo os sites e programas governamentais;

- Promover a inclusão digital por meio das TIC;

- Atuar como centro da comunidade acadêmica e de pesquisa;

- Preservar e proporcionar o acesso à cultura e ao patrimônio do mundo

(Acesso e oportunidade para todos, 2015).

Embora estejamos há 7 anos do prazo acordado pela ONU, sabe-se bem que tal comprometimento assumido por diversas nações dificilmente poderá ser cumprido a tempo. A América Latina e o Caribe vivem a mesma situação do Brasil, muito por conta do alto nível de desigualdade que afeta essas regiões e que dificulta alcançar os objetivos da Agenda 2030. Aliado a isso, ainda estamos vivendo um momento sem precedentes na história da humanidade, devido à pandemia da COVID-19, que traz consigo mais desafios.

Grupos de estudo com profissionais habilitados na área, como o *Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar* (GEBE/UFMG) também verificaram que o avanço com relação ao espaço da biblioteca escolar deve ser gradual e ininterrupto, para que essa unidade de informação possa se tornar parte integrante da estrutura do sistema escolar brasileiro. Na apresentação do livro organizado por Neusa Dias de Macedo (2005, p. 16) afirma-se que:

Na verdade, um país com 300 mil escolas públicas e privadas – a esmagadora maioria sem bibliotecas escolares para dar apoio às atividades pedagógicas e recreativas – requer toda e qualquer iniciativa no sentido de ampliar o acesso de alunos e professores ao universo do conhecimento registrado ou, para usar uma expressão mais atual, aos conteúdos reais e virtuais de interesses de usuários.

Sala e Militão (2017) citam que um caminho plausível seria políticas de implementação de *Rede de Bibliotecas Escolares* (RBEs) no Brasil. As RBEs ainda são uma prática recente, com iniciativas isoladas, mas que produziria efeito a curto e médio prazo no cumprimento de alguns objetivos da biblioteca escolar em universalizar a informação e formar cidadãos mais analíticos e racionais. Um

exemplo disso pode ser visto no programa de RBEs de 2011 no Estado do Paraná, que tem como missão maior a universalização das bibliotecas escolares nos 399 municípios em seu território, o que promove a prática da leitura e o acesso à informação de qualidade nas instituições de ensino paranaenses.

O foco maior do Programa de *Rede de Bibliotecas Escolares* do Estado do Paraná está em:

- Garantir o funcionamento efetivo do espaço destinado à biblioteca em conformidade com a Lei Federal 12.244/2010;
- Padronizar todas as bibliotecas escolares já existentes, com novos acervos, reforma e ampliação respeitando-se as especificidades e diversidades regionais e locais de comunidades isoladas, colônias, distritos, entre outras;
- Adequar os espaços às pessoas portadoras de necessidades especiais, da criação de bibliotecas digitais em rede, programação de atividades culturais e serviços oferecidos ao desenvolvimento profissional dos indivíduos;
- Criar novos espaços de socialização e projetos culturais entre estudantes, docentes e comunidade;
- Ofertar novos serviços adaptados às comunidades desde informação local, até a formação dos cidadãos pelo acesso a jornais, revistas, *internet*, livros, periódicos, permitindo o surgimento de um leitor crítico;
- Criar um sistema de bibliotecas digitais em rede, favorecendo a localização e acesso ao acervo em todo Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares Públicas, incluindo acesso aos estudantes, docentes e comunidade;
- Oferecer programações de atividades culturais e outros serviços que viabilizem o desenvolvimento profissional e pessoal de docentes, funcionários e comunidade;
- Buscar parcerias e convênios com outras esferas de poder e entidades públicas, privadas, do Terceiro Setor (ONGS) como forma de expandir os serviços ofertados pelo sistema;
- Integrar o Sistema de Bibliotecas Escolares Públicas com o Sistema de Bibliotecas Públicas Municipais, sob gestão da Biblioteca Pública do Paraná;
- Capacitar os funcionários que prestam serviços em bibliotecas da rede estadual, com formação, orientação e direcionamento especializado na área de biblioteconomia conforme deliberação (Paraná, 2011).

Assim, fica nítido a importância da intencionalidade política e social em bibliotecas escolares, visto que a desqualificação do serviço público em bibliotecas escolares (quando existentes nos estabelecimentos de ensino) ajuda a construir na sociedade uma visão limitada e muitas vezes desconexas a respeito desses ricos espaços, não obstante, o seu descaso acaba colocando em xeque toda uma política social, cultural e educacional tão almejada nessas instituições.

## **2.5 Práticas em biblioteca escolar e o efeito da COVID-19**

A biblioteca escolar é um local onde os alunos são capazes de exercitar suas competências criativas e imaginativas pelo simples fato de estarem em contato com os diversos produtos e serviços que contemplam esse local. Na biblioteca escolar é trabalhado o pensamento crítico de jovens e crianças, é discutido as complexidades do mundo ao seu redor, é possível conhecerem a si mesmos e examinar o que lhes interessa. Na biblioteca escolar eles também se apropriam de novas experiências e conhecimentos, escolhem livremente suas leituras e recebem indicações de outras que complementam a primeira e sonham com mundos imaginários (Hillesheim; Fachin, 2003/2004).

Sobre a importância da biblioteca escolar, Hillesheim e Fachin (2003/2004, p. 3), apoiadas no estudo de Fragoso (1994), esclarecem que:

Uma biblioteca bem adaptada à comunidade escolar assumindo suas funções, disponibilizando um ambiente carregado de motivações é o local, por excelência, onde a criança aprende a gostar de ler, a se interessar pela leitura e pelo livro, ou por qualquer coisa que represente uma interpretação, uma associação, uma história. Como sublinha Fragoso (1994), “A ação dinâmica da biblioteca deverá servir ao programa escolar, daí a necessidade de atividades em grupos, tais como: dramatizações, jogos, hora do conto [...]”.

Já sobre os produtos e serviços de informação em biblioteca escolar, elas são consideradas por Silva Júnior e Miranda (2020, p. 8) como:

[...] todos os processos de auxílio ao usuário na busca de informação ou na satisfação da sua necessidade informacional. Em uma biblioteca escolar os serviços informacionais oferecidos estão diretamente ligados aos objetivos da biblioteca e ao projeto político

pedagógico da instituição de ensino. Por isso, não existe um padrão nos serviços oferecidos. Sendo exceção, a não padronização aos serviços de empréstimo e consulta dos materiais bibliográficos que são, afinal, a função primária de uma biblioteca.

Os serviços mais comuns que vemos na biblioteca escolar são: empréstimo de materiais bibliográficos; consulta local; orientação à pesquisa escolar; acesso à computadores e à *internet*; exposição de novas aquisições; exibição de filmes; jogos lúdicos; mediação de leitura e orientação de uso ao espaço da biblioteca. Para Fragoso (2002), os bibliotecários precisam empreender no recinto da biblioteca ou fora dos seus domínios os exercícios de ensino-aprendizagem, amparado pelo currículo escolar e em auxílio com o profissional discente.

Tem se exigido da biblioteca escolar um posicionamento cada vez mais ativo na prestação de serviços, ainda mais diante das grandes mudanças educacionais e sociais que vem ocorrendo nos últimos anos. Sobre essas mudanças, a biblioteca tem na gestão da informação e do conhecimento uma ferramenta indispensável para a formação e satisfação dos seus usuários (Elias; Coli; Lopes, 2014).

Ainda sobre o novo *status quo* desse local, quando a biblioteca é considerada um *Centro de Recursos de Aprendizagem* (CRA), ela passa a se tornar mais atuante aos olhos das instituições de ensino e da comunidade na qual ela está inserida. O quadro 3 demonstra essa ideia exposta sob a ótica da autora Kelley Gasque (2017).

*Quadro3 - Os novos paradigmas em torno da biblioteca escolar*

<b>BIBLIOTECA ESCOLAR TRADICIONAL - BE</b>	<b>CENTRO DE RECURSOS DE APRENDIZAGEM -CRA</b>
Paradigma da preservação	Paradigma da integração pedagógica
Foco no acesso à informação	Espaços multiusos
Centrado na transmissão de conhecimento	Favorecimento de socialização
Armazenamento de livros	Centrado no letramento informacional
Animação da leitura	Acesso aos diferentes pontos de vistas dos conteúdos
	Instrumento de desenvolvimento do currículo

---

Fomento à leitura e à pesquisa científica

Caráter pedagógico cultural

Apoio à formação continuada

Estrutura adequada, Layout funcional

Uso de TIC's

---

Fonte: Gasque (2017, p. 84).

Sabe-se, desse modo, que o CRA para atingir a sua filosofia de subsistir precisou repensar os seus serviços nos últimos três anos, buscando estar onde seu usuário está. O motivo é sabido por todos, e ele reside no fato do mundo ter passado por um processo de distanciamento físico para combater a pandemia de COVID-19, ocasionando de forma forçosa - mas necessária - o fechamento dos espaços culturais, educacionais e laborais. Com isso, serviços foram remodelados com a ajuda da tecnologia, outros foram concebidos do zero e assim as bibliotecas criaram mecanismos de disponibilizar o conhecimento à comunidade, viabilizando o acesso e uso da informação de forma integral.

[...] tais espaços vêm procurando maneiras inovadoras para atrair e fidelizar seus usuários, não apenas como leitores de seus acervos, mas seguidoras de seus espaços virtuais, explorando-os, e participando de suas atividades, construindo e colaborando com a criação de sujeitos conscientes de seus deveres e direitos na sociedade (Lessa, 2021, p. 334).

Desde que a OMS estabeleceu a COVID-19 como uma pandemia de fato, houve mudanças significativas no nosso dia a dia, resultando em impactos que são sentidos até hoje. Para Gonçalves, Oliveira e Pinheiro (2020, *apud* Estabel; Moro; Soares, 2021) a biblioteca escolar precisa se reconectar com as pessoas, vencendo algumas barreiras, tais como a da ausência de liberdade, da privação entre as relações pessoais, da ausência de dinâmicas sociais devido ao confinamento persistente, da falta de controle e de previsões sobre o futuro, das incertezas sobre os efeitos a médio e longo prazo, tais como o impacto na saúde mental causada pela pandemia.

Tanto a escola como a biblioteca precisam investir no aprimoramento, adaptação e adequação dos seus serviços pedagógicos que visem a prestação de



uma educação de qualidade e que não haja perda em certos aspectos, como na cultura ao letramento informacional, no fomento à leitura e pesquisa, no apoio à formação continuada etc. De acordo com Blattman e Rados (2000, p. 4), “criar serviços de referência aos estudantes remotos faz com que a ação de quem atua em bibliotecas seja repensada, bem como as maneiras em que os serviços são elaborados”.

O êxito no cenário pandêmico esteve condicionado em como a biblioteca ofertou os seus serviços habituais no ambiente virtual, reforçando que os mesmos serviços que antes foram ofertados presencialmente, precisaram ser ofertados remotamente. Para Cunha (2000), o sucesso do ambiente virtual está ligado na forma como o acervo digital se conectará com os programas escolares e como o processo de ensino-aprendizagem dos alunos no ensino à distância (EAD) poderá ser realizado independentemente de onde ele esteja.

A pandemia provocou um impacto imediato nas atividades desempenhadas pelas bibliotecas, ressaltando que mesmo os serviços considerados mais tradicionais de interação biblioteca x usuário não passaram ilesos pela pandemia de COVID-19. O que provocou um debate em contexto global para trazer soluções que possibilitasse o acesso dos usuários aos serviços de informação, ainda que longe de seus domínios físicos. Sobre esses serviços à distância, Lessa (2021, p. 338) traz um documento da IFLA de 2020 que trata a respeito de algumas iniciativas de bibliotecas ao redor do mundo:

A Biblioteca Nacional da França, por exemplo, está organizando exposições virtuais [...] a Biblioteca Granby de Quebec, Canadá, destaca o conteúdo focado na aquisição de novos recursos, e a Biblioteca Pública de Nova York aprimorou seu aplicativo SimplyE para gerenciar clubes de livros *on-line* [...] Bibliotecas públicas em Kibera e Nakuru, no Quênia [...] estão promovendo o conteúdo do Covid-19 no idioma local por meio das mídias sociais e divulgando recomendações de livros, enquanto a Autoridade de Bibliotecas de Gana [...] promove o acesso ao seu conteúdo digital, além de publicar as principais informações de saúde [...] A Biblioteca Pública de Kota, na Índia, também aumentou seus serviços *on-line*, promovendo a biblioterapia como uma maneira de ajudar os usuários durante a crise, e recebeu cobertura útil na imprensa local [...] A Biblioteca da Universidade da Malásia está desenvolvendo

ferramentas para facilitar as pesquisas *on-line* e a coleta de dados sobre a pandemia do Covid-19 e também está preparando um pôster para explicar seu trabalho, enquanto a Biblioteca da Universidade Abgu Papazian da Armênia oferece a oportunidade de se comunicar com bibliotecários remotamente.

A própria IFLA, em seu site, promoveu uma ampla discussão sobre a pandemia nas diferentes formas do fazer biblioteconômico, recebendo atualização diária na sua página oficial. Nesse espaço, a IFLA traz uma série de questões que envolvem a doença, o fechamento e o gerenciamento de bibliotecas motivados pelo isolamento forçado, a dinamização dos serviços por meio das TICs, como também o retorno do público ao espaço físico através de medidas de segurança. Os propósitos que a IFLA pretende alcançar são os de:

[...] ajudar a compartilhar histórias de melhores práticas, inovação e experiências desafiadoras, a Seção de Serviços de Bibliotecas da IFLA para Populações Multiculturais concentrará grande parte da próxima edição de seu boletim sobre o impacto do COVID-19 em bibliotecas que trabalham com comunidades multiculturais (Finegan, 2020 *apud* Estabel; Moro; Soares, 2021, p. 82).

No Brasil, o *Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* (IBICT), por exemplo, disponibilizou gratuitamente *webinars* sobre diversos temas - projeto Pinakes, desenvolvimento de tesouros, inovação na indústria, políticas de preservação digital -, utilizando plataformas como o youtube, além de ter publicado o documento “A COVID-19 e o Setor de Bibliotecas em Termos Mundiais”, usando como modelo informações sobre as bibliotecas ao redor do mundo e que fora compilado pela IFLA.

Quanto às medidas tomadas pela Biblioteca Central da UnB, ela investiu em divulgação das suas bases em *ebooks*, como o Minha Biblioteca, ela também focou esforços na capacitação que visava o desenvolvimento de competências para identificação, recuperação, uso, organização e comunicação da informação, fornecendo ferramentas e recursos de aprendizagem. Dentre as ações que a BCE ofereceu, constam os cursos sobre a ABNT para trabalhos acadêmicos, a comunicação e divulgação científica, o currículo lattes, a pesquisa em base de

dados, os recursos para identificação de autoria e produção acadêmica, além de outros serviços.

Na Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), entidade representativa da Biblioteconomia, ações semelhantes foram aplicadas nesses dois últimos anos, como relatam Estabel, Moro e Soares (2021, p. 83):

[...] desenvolveu um guia colaborativo com informações para quarentena com fontes fidedignas e checadas por eles. Além de fontes sobre a COVID-19 e bases de dados científicas, o guia apresenta categorias como: filmes; cursos gerais; cursos para bibliotecários(as); para a saúde mental; para a saúde física; para auxiliar seus empreendimentos, promovendo a troca de informações visando tanto o público específico como o usuário em geral.

Em publicação disponível no site da Sophia<sup>17</sup>, foi sugerido que, se não é possível criar espaços de aprendizado dentro da biblioteca, que o aluno, então, seja incentivado a criar o seu espaço de pesquisa e leitura na sua própria residência. Trata-se do bibliotecário como *spacemakers*, termo esse que vem da cultura *maker*, já adotada em muitas escolas, que coloca os estudantes como protagonistas de seu aprendizado, criando seu canto de estudo, podendo ser pequeno, mas reservado para as atividades escolares, pesquisa, enfim, o foco é aprender com o auxílio da criatividade.

Nota-se, segundo Lessa (2021), que não faltaram ações para garantir a identidade e a sua razão social da biblioteca, ocorreu apenas que os serviços outrora ofertados presencialmente, agora passaram a ser disponibilizados em um novo formato de atendimento, criando e aperfeiçoando serviços de informação com recursos existentes na internet. Com o uso da Internet, surge a necessidade de estar constantemente disponibilizando novos serviços, os quais atendam às necessidades dos usuários de forma eficaz (Santos; Fachin; Rados, Varvakis, 2003, p. 86).

Os serviços mais comuns que vemos na biblioteca escolar são: empréstimo de materiais bibliográficos; consulta local; orientação à pesquisa escolar; acesso à computadores e à *internet*; exposição de novas aquisições; exibição de filmes; jogos lúdicos; mediação de leitura e orientação de uso ao espaço da biblioteca. Para

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://sophia.com.br/o-papel-da-biblioteca-escolar-no-cenario-da-pandemia/>>.

Fragoso (2002), os bibliotecários precisam empreender no recinto da biblioteca ou fora dos seus domínios os exercícios de ensino-aprendizagem, amparado pelo currículo escolar e em auxílio com o profissional discente.

Em pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), foi constatado que no segundo ano de pandemia, a maioria dos professores realizou atividades pedagógicas de forma remota ou híbrida, como aponta TIC Educação<sup>18</sup>. Contudo, a pesquisa trouxe que a conectividade e formação docente ainda são entraves para a realização de atividades de ensino e de aprendizagem com o uso de tecnologias digitais.

Nesse sentido, Bruna Lessa (2021, p. 341) considera que o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) pela biblioteca “pode ser compreendida como uma estratégia que poderá intensificar a mediação de seus serviços, podendo também potencializar a comunicação com seus usuários”. Entretanto, é necessário ter em mente que, o uso das ferramentas de TIC não são substitutos para as atividades aplicadas fisicamente pela biblioteca, já que o contato mais próximo e a criação de laços pessoais fazem parte do processo de desenvolvimento do jovem, ou seja, as TICs são apenas uma medida que visam minimizar os danos de um distanciamento prolongado, mas que nesse período foi necessário para conter o avanço da COVID-19.

Assim sendo, o foco principal deste estudo passa pelo fator do isolamento social durante esses três últimos anos, trazendo os mecanismos como se deu a produção científica em biblioteca escolar *versus* a pandemia de COVID-19, a fim de entender como esses processos se deram, a sua natureza, as características das variáveis que impulsionam essas questões e favoreceram o amplo discurso entre as partes interessadas.

---

<sup>18</sup> No segundo ano da pandemia, a maioria dos professores afirmou que a escola onde atua ofereceu aulas e atividades aos alunos na modalidade híbrida (91%), combinando estratégias educacionais tanto remotas quanto presenciais. Dois quintos (39%) mencionaram que a escola onde lecionam tiveram aulas totalmente remotas, porcentagem superior à oferta de aulas integralmente presenciais (12%) no período pesquisado. É o que revela a pesquisa TIC Educação 2021 que pela primeira vez também entrevistou professores que lecionam em áreas rurais. Conduzido pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Link disponível em: <<https://www.cgi.br/noticia/releases/no-segundo-ano-de-pandemia-a-maioria-dos-professores-realizou-atividades-pedagogicas-de-forma-remota-ou-hibrida-aponta-tic-educacao/>>.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Entende-se a metodologia como uma disciplina que tem em sua natureza o propósito do estudo, compreensão e avaliação de diferentes métodos ao alcance para a realização de pesquisas acadêmicas. A palavra metodologia vem do grego “meta” = ao largo; “odos” = caminho; “logos” = discurso, estudo. Prodanov e Freitas (2013, p. 14) dizem que a metodologia, em um nível aplicado, “examina, descreve e avalia métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução de problemas e/ou questões de investigação”.

A metodologia tem como particularidade a preocupação instrumental, que traça os melhores caminhos para a ciência lidar com a realidade teórica e prática, como ainda se concentra para fornecer uma iniciação aos procedimentos lógicos que lidam com questões de causalidade, princípios formais de identidade, dedução e indução, objetividade, dentre outros (Demo, 1987). Ela configura-se no estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa, um estudo ou para se fazer ciência, como sugerem Silveira e Gerhardt (2009), sendo assim, a metodologia se preocupa nas melhores técnicas e procedimentos no exercício de sistematização e organização da pesquisa.

A pesquisa é um processo formalmente gerido para se desenvolver o método científico e tem como finalidade principal a busca de respostas para os problemas abordados. Gil (2012) afirma que a pesquisa pode ser pura ou aplicada. A busca pura é caracterizada pelo progresso da ciência e a aplicada baseia-se na aplicabilidade, utilidade e nas consequências práticas da pesquisa. Sendo assim, este estudo tem como perfil uma pesquisa aplicada.

Sobre os objetivos, Gil (2012) as classifica em três níveis: exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória visa desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, objetivando fornecer uma visão geral de um tópico específico. A pesquisa descritiva visa descrever as propriedades de uma determinada população, fenômeno ou a formação de relações entre variáveis. A pesquisa explicativa se preocupa em identificar os fatores determinantes da ocorrência dos fenômenos. Nesse contexto, esta pesquisa trabalho de conclusão de curso é definida como descritiva.

O presente estudo adotou uma abordagem quantitativa que de acordo com Mattar (2001), é uma técnica na qual o pesquisador tem o intuito de legitimar as hipóteses levantadas mediante a aplicação de dados estruturados, estatísticos, com análise de um número elevado de casos apresentados e que tem desfecho na sua ação. Para complementar o raciocínio acerca dessa abordagem, Malhotra (2001, p. 155), cita que “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”.

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente (Fonseca, 2002, p. 20).

A pesquisa quantitativa tem sete características básicas: obedece a um plano pré-definido; desenvolve hipóteses e variáveis de pesquisa; examina as relações entre as variáveis por intermédio de experimentos controlados; utiliza instrumentos estatísticos para verificação dos dados; atesta suas hipóteses de pesquisa; utiliza dados que representam uma determinada população (amostra), generalizando os resultados; e colhe os dados por meio de questionários estruturados (Denzin; Lincoln, 2005).

Esta pesquisa adota abordagem quantitativo-descritiva, pois visa analisar a relação dos conceitos, com condições de coleta de dados sobre a produção científica em biblioteca escolar, baseadas na realidade de isolamento forçado em tempos de COVID-19. As fontes coletadas são de dados disponibilizados pelo próprio portal oasisbr e, a partir do *desk research*, foi feito um estudo referente ao período entre 2020 a 2023.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Este tópico apresenta os resultados obtidos através da análise em *desk research*, que nada mais é do que uma análise exploratória do objeto a ser estudado, trazendo os dados fornecidos pelo próprio portal oasisbr. Esta seção traz à discussão os resultados, em consonância com os objetivos da pesquisa.

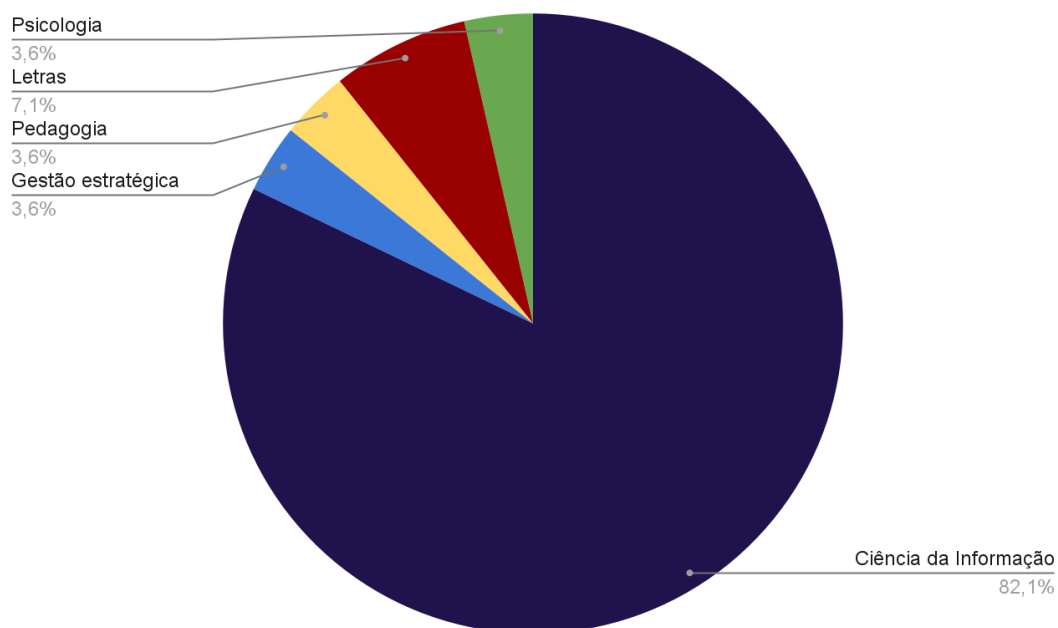
### 4.1 Visão ampla do portal sobre o perfil do pesquisador

A primeira parte do estudo verificou-se as variáveis biblioteca escolar e pandemia, a partir do levantamento do buscador do Oasisbr, afim de conhecer o perfil do pesquisador referente à sua formação profissional, a sua qualificação, a região geográfica de seu domicílio e o seu país de origem. Nessa primeira etapa, enfatizou-se os resultados recuperados na pesquisa, por meio da exploração do portal Oasisbr com suas ferramentas e especificidades.

A apresentação das informações foi realizada recorrendo a um ordenamento da opção mais antiga para a mais recente, entretanto, o Oasisbr também permite que ela seja hierarquizada por relevância, data descendente, área, autor e título. Sobre as estratégias, adotou-se a busca através da utilização de caracteres especiais para restrição do termo "BIBLIOTECA ESCOLAR", mesclado com o operador booleano "AND" para fornecer a intercessão com o termo "PANDEMIA", além do refinamento do espaço de tempo entre 2020 e 2023. Todas essas técnicas resultaram em um total de 29 documentos recuperados, entretanto, excluiu-se um documento após verificar sua repetição quando recuperado, sendo assim, recuperou-se 28 documentos.

Constatou-se que desses 28 documentos analisados, a maioria são de pessoas formadas na área da Ciência da informação (23 pessoas, 82,1%), em segundo lugar na área de Letras (2 pessoas, 7,1%), por fim, empatados em terceiro lugar temos as áreas da Pedagogia (1 pessoas, 3,6%) e a área da Gestão estratégica (1 pessoa, 3,6%), como consta na figura 1:

Figura 1 - Formação profissional do pesquisador

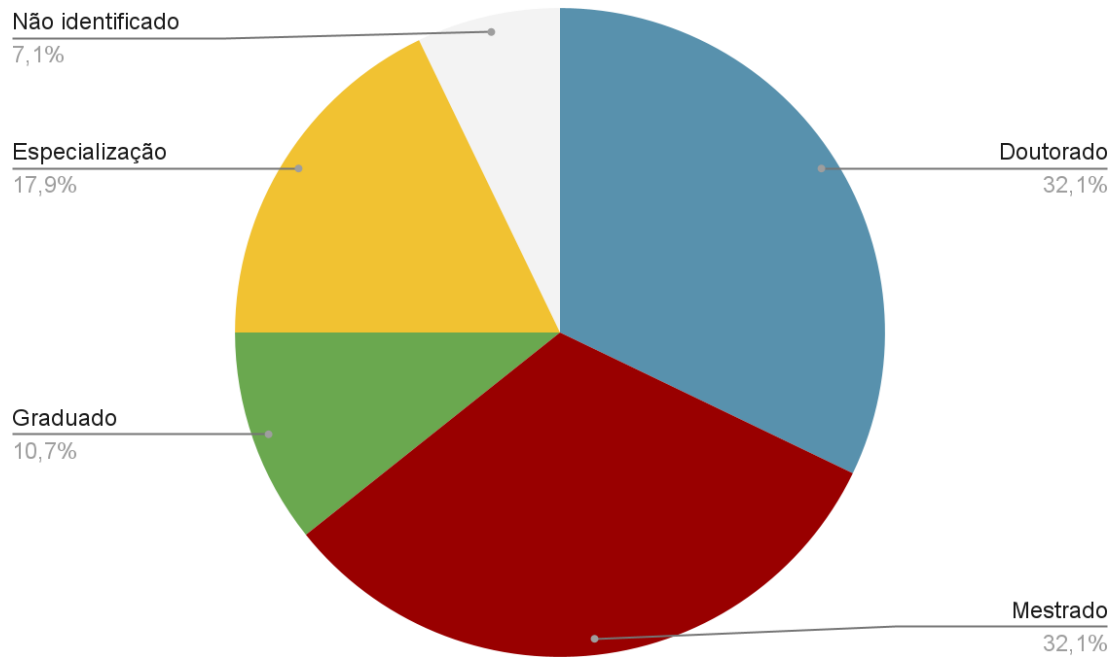


Fonte: elaboração do autor.

A segunda etapa da análise refere-se à qualificação dos pesquisadores, que foi dividida em doutorado, mestrado, especialização, graduado e ainda àqueles que não puderam ter a sua qualificação comprovada. Empatados em maioria (9 pessoas) temos como qualificação o grau de doutorado e mestrado, o que corresponde cada um a 32,1%; 17,9% (5 pessoas) possuem como grau de qualificação a especialização; 10,7% (3 pessoas) possuem apenas a graduação. Ainda tiveram 2 produções científicas em que a autoria não pode ter a sua qualificação comprovada, o que corresponde a 7,1% na estatística, assim como pode ser visto na figura 2:



*Figura 2 - Grau de qualificação do pesquisador*



Fonte: elaboração do autor.

A terceira etapa da análise dos dados no portal teve o intuito de levantar os pesquisadores que contribuíram efetivamente em matéria de biblioteca escolar na pandemia, trazendo o título de suas obras e as palavras-chaves correspondentes, como pode ser visto na figura 3:

*Figura 3 - Lista de pesquisadores, seus trabalhos e as respectivas palavras-chaves*

<b>PESQUISADOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVES</b>
Maria Fátima Mota Teixeira Pinto	(Re)centralidade da biblioteca escolar em tempo de pandemia	Recentralidade. Biblioteca escolar. Pandemia.
Alice Idália Rodrigues dos Santos; Marianna Zattar	Biblioteca escolar e competência em informação: experiência na pandemia	Covid-19 no Brasil. Ensino remoto. Educação à distância. Competência em informação. Competência em mídia e informação.
Lizandra Brasil Estabel; Eliane Lourdes da Silva Moro; Laura Valladares	(Re)conectando as pessoas e a biblioteca escolar em tempos de	Biblioteca escolar. Interação. Pandemia. Educação aberta e a

de Oliveira Soares	pandemia	distância.
Raquel do Rosário Santos; Ana Claudia Medeiros de Sousa; Sueli Bortolin	Ressignificações das atividades de mediação da leitura na biblioteca escolar em tempos de pandemia	Biblioteca escolar. Mediação da leitura. Covid-19.
Lizandra Brasil Estabel; Eliane Lourdes da Silva Moro	Conexões e leitura na biblioteca escolar: novas aprendizagens produzindo competências em tempos de pandemia	Biblioteca escolar. Competência informacional. Pandemia.
Joelma da Silva Filgueiras	Ferramentas digitais no processo de reinvenção das bibliotecas escolares na pandemia	Biblioteca escolar. Ferramentas digitais. Profissional bibliotecário. Serviço de informação. Tecnologia.
Fabiano Domingues Malheiro; Giovanna Pova Milione; Aline Herbstrith Batista	Bibliotecas universitárias: (re)configurações da gestão e do planejamento diante da pandemia de Covid-19	Bibliotecas universitárias. Gestão e planejamento em bibliotecas. Pandemia.
Thiago Pinheiro Ramos de Oliveira; Maria de Fátima Oliveira Costa; Virginia Bentes Pinto	Competência em informação no âmbito da biblioteca escolar	Competência em informação. Biblioteca escolar. Bibliotecário escolar.
Sabrina Pinheiro Azevedo	Adequação da biblioteca do Instituto Federal do Amazonas - Campus Zona Leste em tempos de pandemia: o papel do bibliotecário escolar	Pandemia da Covid-19. Biblioteca escolar. Papel do bibliotecário escolar.
Mylene Santos de Paula	Estratégias de marketing durante a pandemia de Covid-19: um estudo de caso na biblioteca do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp/UFRJ)	Biblioteca escolar. Marketing. Covid-19. Estratégia de marketing.
Maria Cleide Rodrigues Bernardino; Oriana César Bastos; Cícera Camila de Carvalho Dantas; Maria	Programa de extensão Teia: diálogos entre a Graduação em Biblioteconomia e a	Agenda 2030. Biblioteca escolar. Extensão universitária.

Raysa Gomes Santiago; Francisco Fábio Soares; José Matheus Pereira Belarmino	Educação Básica	
Milene Kinlliane Silva de Oliveira; Polyana Nogueira Dias; Carla Galvão Farias	Estímulo à formação leitora dos educandos durante as aulas remotas: ações desenvolvidas por docente que atua na biblioteca escolar de uma escola pública do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil	Formação leitora. Biblioteca escolar. Aulas remotas. Ensino. Covid- 19.
Maria Arminda Cordeiro Duarte Ramos	A rádio no ar com a biblioteca escolar e o pré- escolar: um projeto de apoio ao currículo para a integração transversal e contextualizada de literacias	Biblioteca Escolar. Pré- escolar. Currículo. Ensino a distância. Rádio.
Ana Paula Soares da Silva Gomes	Narrativas de si mediadas pelo cinema: a experiência de realização audiovisual em uma biblioteca escolar da rede municipal de ensino de Belo Horizonte	Cinema. Educação. Narrativas de si. Multiletramentos. Laboratório de práticas audiovisuais.
Ana Cruz; Luís Gonçalves; Sofia Mendes; Maria João Moreno; Carla Sestelo	Oeiras internet challenge edição nacional: rede de bibliotecas de Oeiras e rede de bibliotecas escolares lado a lado	Bibliotecas de Oeiras. Bibliotecas escolares. Literacias Digitais
Eloisa Elena Santos da Silva	Lei Federal nº 12.244/10 e a aplicabilidade nas bibliotecas escolares municipais da cidade do Rio Grande, RS	Lei Federal nº 12.244/10. Biblioteca escolar. Bibliotecário.
Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque; Andréa Pereira dos Santos	Competência leitora na cultura digital e a biblioteca escolar: a contribuição do letramento informacional	Biblioteca escolar. Leitura. Cultura digital. Letramento informacional. Competência leitora.
Karla Rodrigues da Silva	A leitura literária de clássicos, dinamizada a	Leitura literária. Formação do leitor. Biblioteca

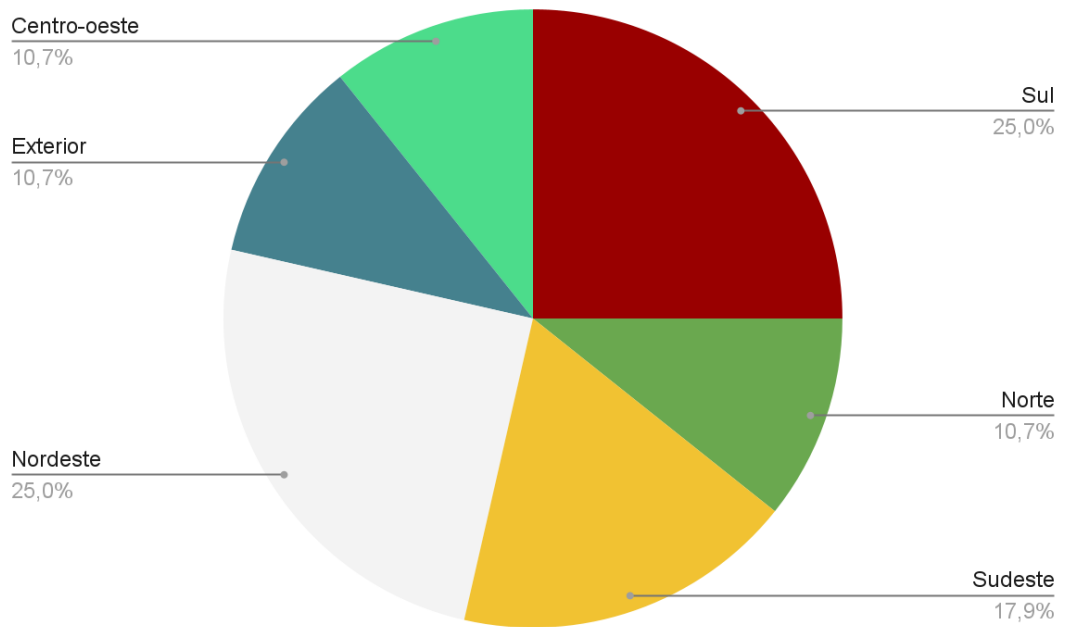
	partir de dois ambientes: a biblioteca e a sala de aula	escolar. Mediação de leitura.
Laura Valladares de Oliveira Soares; Bruno Fortes Luce; Lizandra Brasil Estabel	A alfabetização científica e a alfabetização midiática e informacional: ações educativas do bibliotecário em tempos de pandemia	Ações educativas do bibliotecário. Alfabetização midiática e informacional. Alfabetização científica.
Evelyn Julia Desiderio Gomes de Sousa	Contribuições da biblioteca do Colégio Adventista Paul Bernard ao ensino e ao aprendizado dos alunos de alfabetização no período 2020 a 2021	Biblioteca escolar. Alfabetização. Biblioteca do Colégio Adventista Paul Bernard. Colégio Adventista Paul Bernard.
Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria	“O livro me escolheu!”: vivências de leituras com crianças de uma escola municipal de educação infantil	Crianças. Leitura. Livro. Biblioteca escolar. Educação infantil.
Daniela Carla de Oliveira; Leilah Santiago Bufrem; Marcos Gehrke	Impactos e mudanças causados pela pandemia de Covid-19 no fazer da biblioteconomia: cenário da biblioteca escolar do campo	Biblioteca escolar do campo. Pandemia. Bibliotecário.
Liliane Rodrigues de Assis; Rosa Cristina da Conceição	A efetivação da Lei 12.244/10 nas escolas do Estado de Pernambuco - Brasil	Piso salarial. Biblioteca escolar. Bibliotecário escolar. Gestão Escolar. Competência Informacional. Educação.
Rosa Cristina da Conceição; Liliane Rodrigues de Assis	A contribuição do gestor escolar para a formação de alunos leitores: a hora do conto dentro da biblioteca	Leitura. Contação de Histórias. Gestor Escolar. Biblioteca.
Telma Sales Nogueira da Silva	Socialização da leitura: formação do leitor literário no ensino fundamental II	Formação do leitor literário. Socialização da leitura na escola. QR code. Instagram.
Laura Aline Caldi de Azevedo	Aplicações da ferramenta Servqual na avaliação da	Marketing de serviços. Qualidade em serviço.

	qualidade em serviços de transporte interestadual de passageiros: o caso de uma empresa da zona da mata mineira	Modelo dos 5 <i>gaps</i> . Transporte rodoviário interestadual de passageiros.
Cristiana Kaipper Dias	O papel da escola no processo de construção de gênero em pessoas trans	Escola. Transgeneridade. Teoria <i>queer</i> . Teoria do <i>self</i> dialógico. Psicologia semiótico-cultural.

Fonte: elaboração do autor.

A terceira etapa da análise dos dados no portal teve o intuito de constatar as regiões com maior predominância de produção científica. Observou-se que a maioria das pessoas se encontram no Nordeste e no Sul (7 pessoas cada um, 25%); em segundo lugar na região Sudeste (5 pessoas, 17,9%); por fim, empatados em terceiro lugar temos as regiões Norte e Centro-Oeste, além das produções científicas vindas do Exterior (3 pessoas cada um, 10,7%), de acordo com a figura 4:

Figura4 - Regiões da produção científica

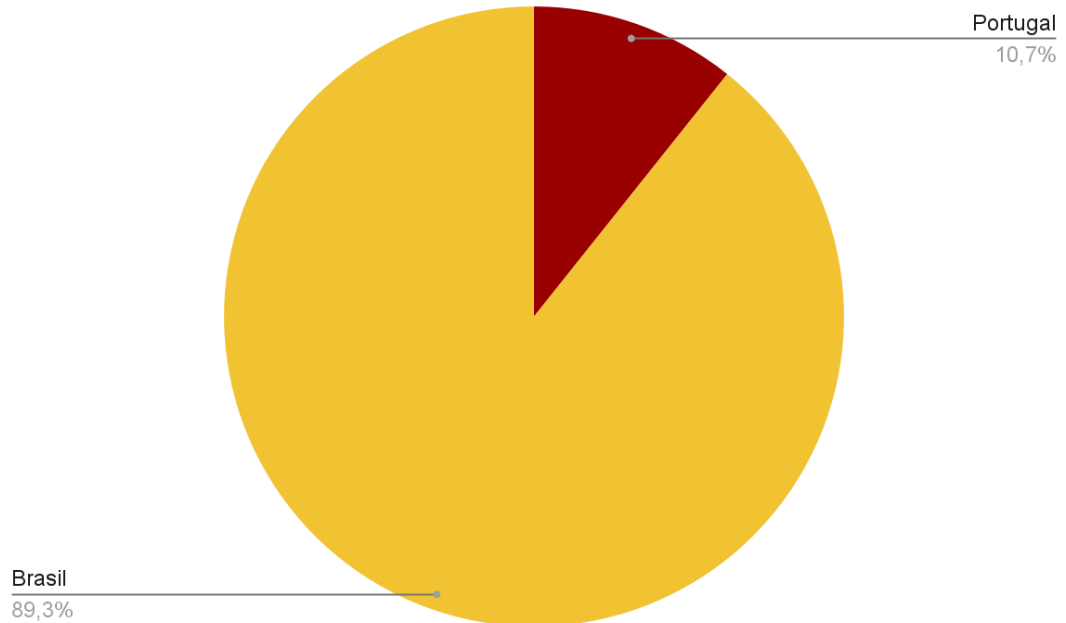


Fonte: elaboração do autor.

A quarta fase deste estudo engloba os países produtores relacionados ao objeto de estudo da pesquisa, sendo que a maioria se encontra no Brasil (25

peças, 89,3%); em seguida está Portugal (3 pessoas, 10,7%), como mostra a figura 5:

*Figura5 - Países de origem*



Fonte: elaboração do autor.

O levantamento da primeira parte da pesquisa teve como foco principal conhecer um pouco sobre o perfil dos pesquisadores que produziram artigos, teses, dissertações e demais materiais acerca da biblioteca escolar na pandemia. Os dados mostram que as pessoas são na sua maioria formadas em Ciência da Informação, o doutorado e o mestrado são as qualificações mais predominantes, em suma, os pesquisadores residem no Brasil, com Nordeste e o Sul sendo as regiões que mais contribuíram na área. Vale dizer que as etapas foram levantadas separadamente, de forma isolada, não significando necessariamente que elas se relacionam entre si.

#### **4.2 Indicadores gerais sobre as características documentais**

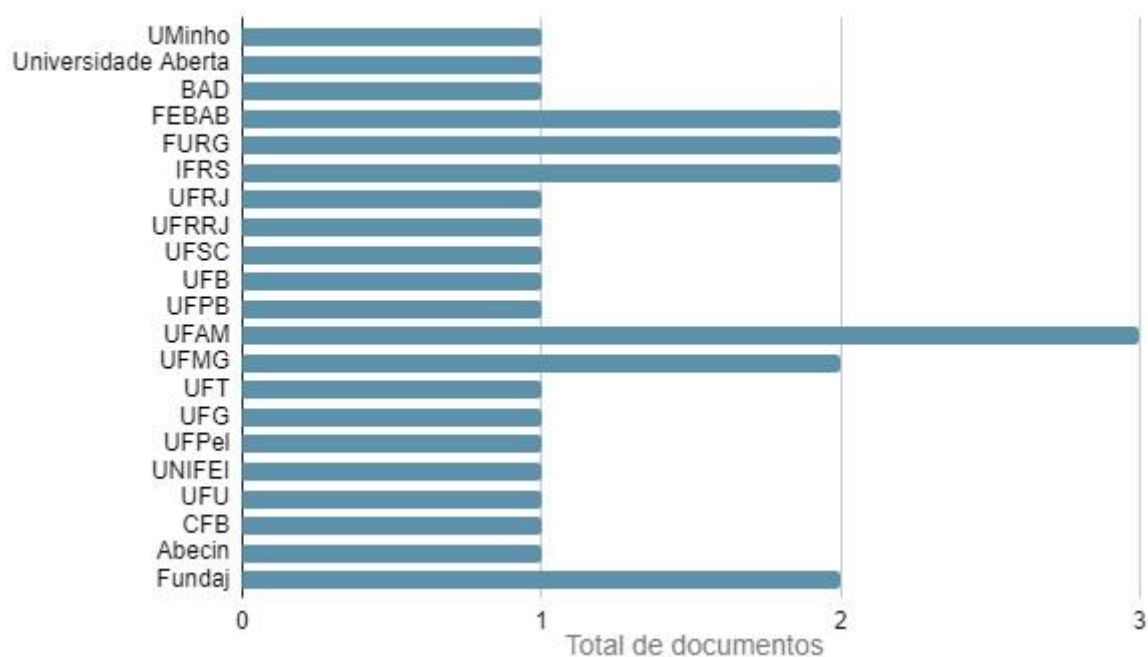
A segunda parte do estudo adentrou os indicadores gerais nas variáveis biblioteca escolar e pandemia, levando em consideração as características que vão além do perfil do pesquisador, tais como, as instituições onde foram produzidas, o

tipo de acesso, a área do conhecimento humano, a característica tipológica do documento e o ano de ocorrência de cada uma delas.

A apresentação das informações seguiu com rito semelhante a primeira parte do estudo, onde adotou-se a busca por todos os campos, como também a utilização da prática dos caracteres especiais para condicionar o retorno do termo "BIBLIOTECA ESCOLAR", ligando o operador booleano "AND" com o termo "PANDEMIA", conciliando o resultado da busca. Além disso, manteve-se o espaço de tempo entre 2020 e 2023.

Nessa etapa dos indicadores verificou-se que dos 28 documentos retornados na pesquisa, a maioria se encontram na UFAM (3 documentos, 10,71%); em segundo lugar temos cinco instituições, sendo elas a FEBAB (2 documento, 7,14%), a FURG (2 documentos, 7,14%), o IFRS (2 documentos, 7,14%), a UFMG (2 documentos, 7,14%) e a Fundaj (2 documentos, 7,14%); por fim, em terceiro lugar temos quinze instituições, sendo elas a UMinho (1 documento, 3,57%), a Universidade Aberta (1 documento, 3,57%), a BAD (1 documento, 3,57%), a UFRJ (1 documento, 3,57%), a UFRRJ (1 documento, 3,57%), a UFSC (1 documento, 3,57%), a UFB (1 documento, 3,57%), a UFPB (1 documento, 3,57%), a UFT (1 documento, 3,57%), a UFG (1 documento, 3,57%), a UFPeç (1 documento, 3,57%), a UNIFEI (1 documento, 3,57%), a UFU (1 documento, 3,57%), o CFB (1 documento, 3,57%) e a Abecin (1 documento, 3,57%), assim como consta na figura 6:

*Figura6 - Instituições com mais documentos*

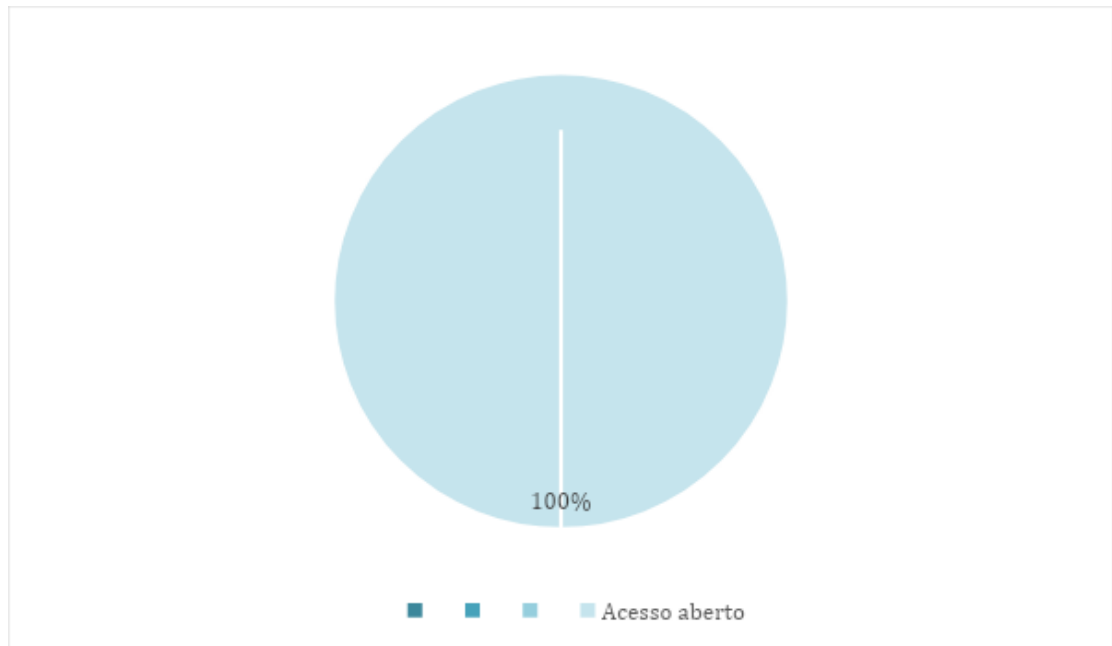


Fonte: elaboração do autor.

A segunda etapa foi feita com o intuito de identificar a característica de acesso do documento, ou seja, se eles estavam abertos ao público em geral ou restritos de alguma maneira. Constatou-se que todos os 28 documentos recuperados na pesquisa estavam em acesso aberto (28 documentos, 100%), como mostra a figura 7:



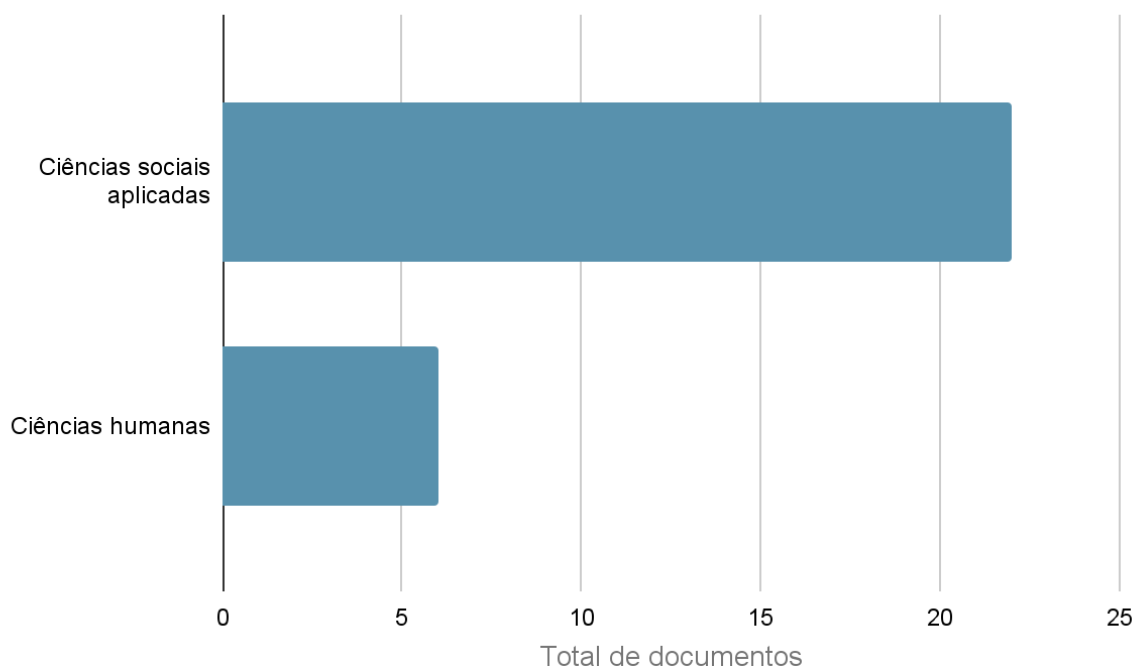
*Figura7 - Documentos por tipo de acesso*



Fonte: elaboração do autor.

Na terceira etapa buscou-se levantar os documentos pela área do conhecimento, adotando para o estudo as grandes áreas do saber humano proposto pela CNPq. Dito isso, a maioria (22 documentos) tem como área do conhecimento as Ciências sociais aplicadas, o que corresponde a 41%; além disso, 26% (7 documentos) tem como área do conhecimento as Ciências humanas, como consta na figura 8:

*Figura8 - Documentos por área do conhecimento do CNPq*



Fonte: elaboração do autor.

Na quarta etapa verificou-se a característica tipológica do documento, sendo que em primeiro lugar aparecem os Artigos de periódicos (14 documentos, 50%); em segundo vem as Dissertações (6 documentos, 21,42%); em terceiro lugar temos os Trabalhos de conclusão de curso (5 documentos, 17,85%); em seguida vem os Capítulos de livro (2 documentos, 7,14%); e finalizando aparece a categoria Tese (1 documento, 3,57%), como consta na figura 9:

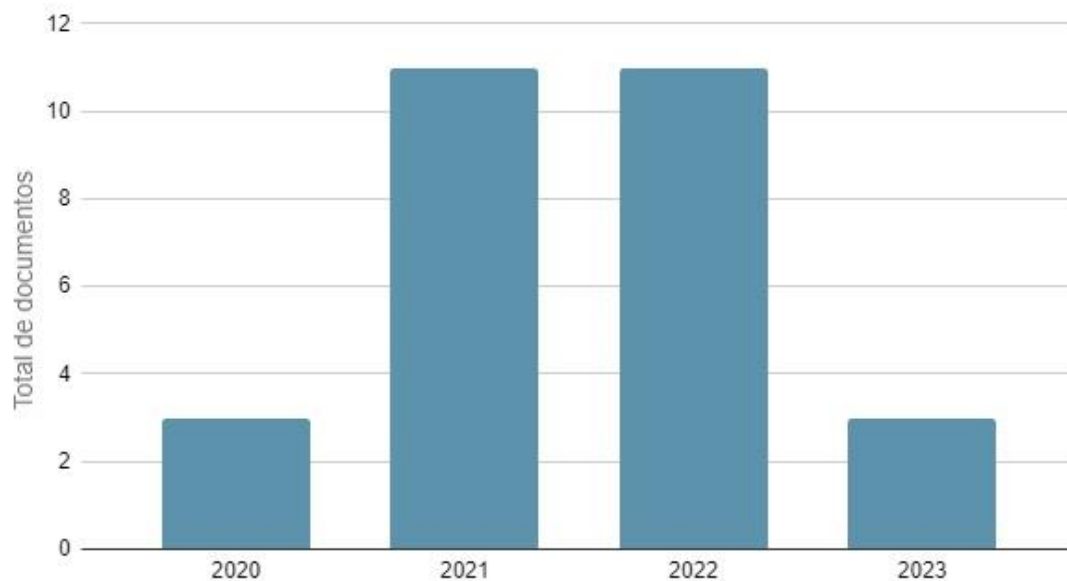
Figura9 - Documentos por tipo de material



Fonte: elaboração do autor.

Na quinta etapa dos indicadores gerais do portal Oasisbr buscou-se levantar os documentos pelo seu ano de publicação, adotando o espaço de tempo entre 2020 a 2023. Tal levantamento mostrou que os anos com maiores produções científicas relacionando biblioteca escolar na pandemia ocorreram em 2021 (11 documentos, 39,28%) e também em 2022 (11 documentos, 39,28%); além disso, 10,71% (3 documentos) foram publicados em 2020, como também 10,71% (3 documentos) foram publicados em 2023, como consta na figura 10:

*Figura10 - Documentos por ano de publicação*



Fonte: elaboração do autor.

O levantamento da segunda etapa da pesquisa e que concluiu a análise dos dados neste trabalho de conclusão de curso teve o intuito de entender e apontar os aspectos dos documentos publicados sob a variável biblioteca escolar x pandemia. Os dados trouxeram à tona que a maioria dos documentos publicados se encontram na UFAM, estando todos disponíveis para acesso para o público. A área do conhecimento humano predominante é a das Ciências sociais aplicadas, o que demonstra uma precisão aparente na recuperação da informação em biblioteca escolar na pandemia. Além disso, os artigos de periódicos são a massa documental que mais prevaleceu na pesquisa, e 2021 e 2022 os anos de maiores taxas de ocorrências, o que pode ser explicado pelo fato de termos tido o pico da pandemia de COVID-19 nesse período, na qual o pesquisador, confinado em ambiente domiciliar, precisou dar respostas rápidas aos problemas que surgiam sobre o tema.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A biblioteca escolar é parte indispensável do projeto político-pedagógico da escola, devendo participar ativamente das atividades diárias nesses espaços e estar em harmonia com os anseios escolares. Entender essas condições significa, sobretudo, não ser mais entendida como um espaço de depósito, passando a ser um lugar onde se busca formar cidadãos críticos e ativos, tampouco num ambiente onde professores são remanejados ou readaptados, para tornar-se um local com profissionais qualificados, atualizados e que deem a oportunidade de o aluno desenvolver suas aptidões, através de um espaço livre, plural e de constante aprendizagem.

A resignificação da biblioteca escolar passou por múltiplos processos ao longo da história, num momento sendo a biblioteca com ideias mais tradicionais para em seguida ser uma biblioteca com ideias utilitaristas; o seu ensino deixando de lado os conceitos humanistas para dar lugar ao ensino com conceitos pragmáticos; a mudança, no ensino, do paradigma behaviorista da aprendizagem pelo paradigma cognitivista. Todas essas novas bases no ensino ajudaram a moldar a biblioteca escolar do final do século XX e da conjuntura atual.

A adoção de políticas públicas, mesmo que escassas, também beneficiaram avanços nas bibliotecas escolares, exemplos de leis e programas nacionais como a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*, o *Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE)*, o *Cadastro Nacional de Bibliotecas (CNB)*, a Lei no 12.244/2010, as *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* e a *Base Nacional Comum Curricular*.

Sempre que se fala em biblioteca escolar, logo pensamos na relação da escola com a biblioteca, o primeiro ente personalizado pelo professor e o segundo ente pelo bibliotecário. A relação harmônica entre essas duas figuras é imprescindível para a escola alcançar seus objetivos pedagógicos, alavancando a qualidade do ensino-aprendizagem na instituição. Além disso, deve-se criar formas de conscientizar o público em geral da importância dos serviços existentes nesses espaços. Para isso acontecer, é preciso que o Estado cumpra o seu papel na Constituição Federal de 1988, promovendo a colaboração da sociedade e visando o desenvolvimento do ensino. Deve haver ampla formação de profissionais qualificados e que privilegie o “aprender a aprender” do público escolar, que se

realize, por parte do poder público, incentivo em pesquisa no âmbito escolar, construindo uma maior produção científica na área, sendo esse último tópico um item a ser levantado e estudado neste trabalho de conclusão de curso.

O objetivo geral da pesquisa foi mapear a produção científica em biblioteca escolar durante os três anos em que estivemos sob a influência restritiva da pandemia de COVID-19. Posto isso, estabeleceu-se três objetivos específicos. O primeiro, levantar o perfil da atividade científica no Portal Oasisbr; o segundo, obter critérios que possam revelar a característica da produção científica veiculada, quantificando os níveis de produtividade; e o terceiro, estabelecer a hierarquização dos dados, de modo a dar maior visibilidade às informações.

Em relação ao primeiro objetivo específico, observou-se que as pessoas são na sua maioria formadas em Ciência da Informação (23 pessoas, 82,1%), o doutorado e o mestrado são as qualificações mais predominantes (9 pessoas cada qualificação, 32,1%), em suma, os pesquisadores residem na sua grande maioria no Nordeste e no Sul (7 pessoas cada um, 25%), com o Brasil sendo o país que mais contribuiu na área (25 pessoas, 89,3%). Seguindo a pesquisa, no segundo objetivo percebeu-se que a maioria dos documentos publicados se encontram na UFAM (3 documentos, 10,71%), estando todos disponíveis para acesso para o público (28 documentos, 100%), a área do conhecimento humano predominante é a das Ciências sociais aplicadas (22 documentos, 41%), os Artigos de periódicos são a massa documental que mais prevaleceu na pesquisa (14 documentos, 50%) e entre 2021 e 2022 correspondeu ao período de maior taxa de ocorrências de publicações no portal (cada ano com 11 documentos, 39,28%). Por fim, foi feita a hierarquização dos dados, de modo a dar maior visibilidade às distintas informações presentes nos dois grupos supracitados, sendo possível distinguir as características pessoais das características documentais, através das escolhas de itens que retornaram resultados mais satisfatórios do ponto de vista do objetivo deste trabalho de conclusão de curso.

Assim sendo, cabe à comunidade bibliotecária cumprir o papel de autocobrança, visando um maior empenho no favorecimento de estudos que fomentem a biblioteca escolar e suas facetas. Ressalta-se que tal cobrança precisa abarcar toda a sociedade, em especial o poder público, esse sim capaz de solucionar a natureza do problema, tangendo medidas que possam garantir a continuidade de um programa de incentivo à pesquisa ou elaborando novos estudos

que estimulem a produção científica na área, dessa forma melhorando os serviços prestados no campo da biblioteca escolar.

## REFERÊNCIAS

**Acesso e oportunidade para todos:** como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas. Tradução da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições. The Hague: IFLA, 2015. 24p. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/access-and-opportunity-for-all-pt.pdf>>. Acesso em 26 jul. 2022.

ARAÚJO, L. M.; SILVA, R. J. da. Biblioteca escolar no Brasil: perspectivas históricas. In: SILVA, R. J. da; BORTOLIN, S. (org.). **Fazeres cotidianos na Biblioteca Escolar**. 2. ed. São Paulo: ABECIN, 2018. p. 11-34. (Coleção Estudos ABECIN). Disponível em: <[http://abecin.org.br/e-books/fazeres\\_cotidianos/E-Book\\_Silva\\_Bortolin.pdf](http://abecin.org.br/e-books/fazeres_cotidianos/E-Book_Silva_Bortolin.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2022.

BARI, V. A.; BISPO, I. C. G.; SANTOS, M. L. A biblioteca escolar como espaço de lazer cultural e formação do leitor. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Cristovão, v.5, p.58–65, 2019. Disponível em: <<portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/124>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CAMPELLO, B. S.. **Biblioteca escolar:** conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BLANCO, N. Bibliotecas, libros y lecturas a través del COVID-19. **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n. 43, p. 5-12, dic. 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7801418>>. Acesso em: 18 jun. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL. Resumos históricos. **Anaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 19, p.221-242, jan./dez., 1897.

BLATTMANN, U.; RADOS, G. J. V. Bibliotecas acadêmicas na educação à distância. In: **Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias**. Florianópolis, 2000. Disponível em: <[https://www.oocities.org/ublattmann/papers/bu\\_ead.html](https://www.oocities.org/ublattmann/papers/bu_ead.html)>. Acesso em: 15 mai. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro\\_mec\\_final\\_baixa.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/livro_mec_final_baixa.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2022

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2022.



BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 12244/10** de 24 de maio de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CARVALHO, G. V. de. **Biografia da Biblioteca Nacional: (1807 a 1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 222p.

CARVALHO SILVA, J. L. **Uma análise sobre a identidade da biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo**. Olinda: Edições Baluarte, 2010. 99p.

CASTRO, C. A. Ensino e biblioteca: diálogo possível. **Transinformação**, Campinas, v.15, n.1, p.63-72, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/sNjw6mfRCHQk9PQcJXkB9jL/?lang=pt>>. Acesso em: 11 mai. 2022.

CASTRO, C. A. **História da Biblioteconomia Brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287p.

CIRINO, D. B. L.; PERES, S. M. Biblioteca Escolar e o PNBE: um estudo da apropriação do acervo dos livros literários. *In*: XII Encontro de Pesquisa em Educação - Centro-Oeste, 2014, Goiânia - Go. **Anais XII Encontro de Pesquisa em Educação - Centro-Oeste**. Goiânia - GO: PC/GO, 2014. v. 1. p. 1-8. Disponível em: <<https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Artigo-Biblioteca-escolar-e-o-programa-nacional-biblioteca-da-escola.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2022.

CORRÊA, E. C. D.; OLIVEIRA, K. C. de; BOURSHEID, L. da R.; SILVA, L. N. da; OLIVEIRA, S. de. Bibliotecário Escolar: Um educador? *In*: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.7, n.1, p.107-123, 2002. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/379>>. Acesso em: 21 de mai. 2022.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ci. Inf.**, v. 29, n. 1, p. 71-89, abr. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/928>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

Dados que vão além da eficácia: CoronaVac é a primeira vacina a comprovar sua efetividade no mundo real. **Butantan**. São Paulo, SP: 2 de jul. 2021. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/noticias/dados-que-vao-alem-da-eficacia-coronavac-e-a-primeira-vacina-a-comprovar-sua-efetividade-no-mundo-real>>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

D'AMICO, P. B. COVID-19 at Biblioteca Utopía, Buenos Aires, Argentina. **International Information & Library Review**. Buenos Aires, vol. 52, n. 4, p. 325-326, 20. oct. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10572317.2020.1834252>>. Acesso em: 18 out. 2021>. Acesso em: 21 abr. 2022.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage, 2005.

DEZIDÉRIO, H. S. M. D. Um panorama das bibliotecas escolares da rede pública: uma contribuição para a educação. *In*: ROSA, Rosemar; ESTEVAM, Humberto Marcondes; BESSA, José Antonio (Org.). **A biblioteca no contexto escolar**. Uberaba: IFTM, 2014. Cap. 11. p. 65-71. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/editora/publicacoes/download/Livro%20-%20A%20Biblioteca%20no%20Contexto%20Escolar.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ELIAS, A.; COLI, L.; LOPES, N. S. A gestão da informação e a atuação do bibliotecário. *In*: ROSA, Rosemar; ESTEVAM, Humberto Marcondes; BESSA, José Antonio (Org.). **A biblioteca no contexto escolar**. Uberaba: IFTM, 2014. Cap. 5. p. 36-40. Disponível em: <<https://iftm.edu.br/editora/publicacoes/download/Livro%20-%20A%20Biblioteca%20no%20Contexto%20Escolar.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ESTABEL, L. B.; MORO, E. L. da S.; SOARES, L. V. de O. (Re)conectando as pessoas e a biblioteca escolar em tempos de pandemia. **Biblionline**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 78-95, 2021. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/223334>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

FONSECA, E. N. da. **A biblioteca escolar e a crise da educação**. São Paulo: Loyola, 1983.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRAGOSO, G. M. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia**, Santa Catarina,, Florianópolis, v. 7, n. 1, p.124-130, 15 jun. 2002. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/380/460>>. Acesso em 21 ago. 2022.

GALVÃO, R. Frei Camillo de Monserrate: estudo biográfico. **Anaes da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v.12, jan./dez. 1889. 320 p.

GARCEZ, E. F.. O bibliotecário nas escolas: uma necessidade. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 27-41, jan./jun. 2007. Disponível em :<<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/89901>>. Acesso em: 03 jan. 2021.

GASQUE, K. C. G. D.; SILVESTRE, F. de M. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em Questão**, v. 23, n. 3, p.79-105, 21 ago. 2017. Faculdade de Biblioteconomia Comunicação, Porto Alegre, RS. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68642/41367>>. Acesso em: 21 mai. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HILLESHEIM, A. I. de A.; FACHIN, G. R. B. Biblioteca Escolar e a Leitura. *In*: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 8/9,

2003/2004. Disponível em:

<[https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/06/pdf\\_b09e45a58b\\_0011109.pdf](https://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/06/pdf_b09e45a58b_0011109.pdf)>.

Acesso em: 23 jun. 2022.

Histórico da pandemia covid-19. **Paho**. Brasília, DF. 2021. Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 17 abr. 2022

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANSHIP. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas escolares**. Traduzido por: Rede de bibliotecas escolares. 2.ed. Portugal: IFLA, 2016. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANSHIP. International Advocacy Programme. **IAP update october 2017**. Bruxelas: IFLA, 2017. Disponível em: <<https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/iap-update-october2017.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

LESSA, B. Acesso aos serviços e produtos da biblioteca em tempos de pandemia da covid-19: possibilidades de uso do facebook. **Informação & Informação**, v. 26, n. 2, p. 333-353, 2021. Disponível em:

<<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/161697>>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MACEDO, N. D. de. **Biblioteca escolar brasileira em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Conselho regional de Biblioteconomia, 2005.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar**. Brasil: 1999. Traduzido por: Neusa Dias de Macedo. São Paulo: 1999. 4 p. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, R. B. de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 259p.

OLIVEIRA, M. de; ARAÚJO, E. A. de. A produção de conhecimentos e a origem das bibliotecas. *In*: OLIVEIRA, M. de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005, p. 29-43.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasil: PNUD ONUBR, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PAIVA, M. de A. M. de. **Bibliotecas públicas**: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta\\_o\\_marilia.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7HUKTJ/1/disserta_o_marilia.pdf)>. Acesso em: 19 jun. 2022.

PAIVA, M. de A. de; DUARTE, A. B. S. **Biblioteca escolar**: o que é? Educação em Foco, ano 19, n.29, set/dez, 2016, p.87-106. Disponível em: <<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1923/1045>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v.18, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8660541>>. Acesso em: 10 mai. 2022.

PARANÁ. Governo do Estado. **Projeto: Implementação do sistema da Rede de Bibliotecas Escolares no Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2011.

PIRES, C. M. C. **Currículos de Matemática**: da organização linear à ideia de rede. São Paulo: FTD, 2000.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. Biblioteca escolar e práticas educativas: políticas públicas para a criação de possibilidades. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. **Anais...** Maranhão: UFMA, 2017. p. 1-11. Disponível em: <<https://bit.ly/3iv1n5W>>. Acesso em: 06 ago. 2022.

SAMBAQUY, L. de Q. A profissão de bibliotecário. **IBBD: Boletim Informativo**, Rio de Janeiro, v.2, n.6, p.335-339, nov./dez. 1956.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n. 3.735**, de 17 de dezembro de 1946. Regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, Santa Catarina. Florianópolis : Imprensa Oficial, 1946.

SANTOS, L. C.; FACHIN, G. R. B.; RADOS, G. J. V. Gerenciando processos de serviços em bibliotecas. **Ciência da informação**, v. 32, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1009>>. Acesso em : 07 jul. 2022.

SCHWARCZ, L. M.; COSTA, A. M. da; AZEVEDO, P. C. de. **A longa viagem da biblioteca dos reis**: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. v. 1. 554p.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis,

v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez. 2011. Disponível em:  
<<https://revista.acbasc.org.br/racb/article/view/797>>. Acesso em: 09 jul. 2022.

SILVA JÚNIOR, A. S.; MIRANDA, M. G. S. Vamos conversar sobre a biblioteca escolar do amanhã: o que pensam os estudantes. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-21, 2020. Disponível em:  
<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/149621>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, W. C da. **A miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SIMÃO, M. A. R.; SCHERCHER, E. K.; NEVES, I. C. B.. **Ativando a Biblioteca Escolar**. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1993.